

RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA BRASILEIRAS

DIVERSIDADE E EQÜIDADE

Pela Garantia dos Direitos de cada Criança e Adolescente

ESTA PUBLICAÇÃO É ACOMPANHADA DE UM CD-ROM

AGRADECIMENTOS

Este documento é o fruto de um processo participativo de reflexão. A primeira versão foi desenvolvida com a participação da equipe do UNICEF Brasil a partir do escritório da Representante do UNICEF, em Brasília, e dos escritórios zonais em Belém, São Luís, Fortaleza, Recife, Salvador e São Paulo, além dos comentários e contribuições de Alberto Minujin, Enrique Delamonica e Edilberto Loaiza, do Departamento de Políticas e Planejamento do Escritório Sede do UNICEF de Nova Iorque; de Dennis Arend, Ximena de la Barra, Samuel Bickel e Manuel Rojas Buvnich, do Escritório Regional do UNICEF para a América Latina e o Caribe; e de Santosh Mehrotra, do Centro de Pesquisa Innocenti do UNICEF, em Florença.

A versão preliminar foi apresentada para comentários no I Seminário Criança Esperança, realizado em Brasília entre os dias 25 e 27 de junho de 2003, pela UNICEF e pela Rede Globo. Nesse seminário, um governador de Estado, senadores da República, ministros e secretários de Estado, prefeitos, representantes de movimentos e associações de negros, indígenas, pessoas com deficiências, de instituições governamentais e não-governamentais, vindas de todas as regiões do País discutiram dados, desafios e propostas sobre o tema da Igualdade na Diversidade. A todos os participantes, nosso muito obrigado.

O presente relatório foi preparado pela equipe do UNICEF no Brasil, com o apoio do consultor Reinaldo Bulgarelli, diretor executivo da AMCE Negócios Sustentáveis.

Os destaques apresentados ao longo do texto foram apurados por quatro Jornalistas Amigos da Criança, Suzana Varjão (Bahia), Geórgia Alves (Pernambuco), Shirley Castilho (Pará) e Fernanda Matias (Mato Grosso do Sul). Nossos agradecimentos às jornalistas e à Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), que coordenou os trabalhos de apuração.

Gostaríamos de agradecer ainda os coordenadores dos projetos destacados, que gentilmente permitiram o acesso das jornalistas a dados e às atividades dos projetos.

As fotos publicadas neste relatório são todas de Mila Petrillo e não podem ser reproduzidas sem a autorização do UNICEF. Nosso obrigado à fotógrafa que percorreu milhares de quilômetros, do Mato Grosso do Sul a Pernambuco, do Pará à Bahia para captar as imagens que ilustram este relatório.

A análise dos indicadores teve como base o Relatório de atividades de Sabóia A. L., Soares B., Caride C. J. e Monsorens I. Acordo de cooperação técnica UNICEF/IBGE, 2003, IBGE, Brasil.

Um agradecimento especial, portanto, à equipe do IBGE.

RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA BRASILEIRAS

DIVERSIDADE E EQÜIDADE

Pela Garantia dos Direitos de cada Criança e Adolescente

APRESENTAÇÃO

NÚMEROS E EXEMPLOS

Temos o prazer de compartilhar com todo o País este relatório Situação da Infância e Adolescência Brasileiras.

Em sua versão preliminar, o relatório foi debatido durante o 1º. Seminário Criança Esperança, Igualdade na Diversidade, realizado no mês de junho de 2003, em Brasília. Foi a primeira vez que o UNICEF produziu um documento desta natureza para debate, antes de lançar sua versão final.

Graças às contribuições das 300 pessoas presentes ao Seminário, este relatório tem como tema a equidade e a diversidade social, regional, cultural deste país de dimensões continentais onde, infelizmente, ainda hoje crianças e adolescentes têm seus direitos violados mesmo antes de seu nascimento.

Ainda hoje no Brasil, nascer indígena ou branco, viver na cidade ou no campo, nascer no sul ou no norte, ser menina ou menino, ser filho de mãe com baixa ou alta escolaridade, ter ou não alguma deficiência determina as oportunidades que crianças e adolescentes terão nos primeiros anos de sua vida no que diz respeito ao acesso à saúde, à educação, ao saneamento básico ou de ser ou não explorados como trabalhadores infantis.

Este relatório pretende mostrar ao Brasil, em um período tão especial de sua história, que não se pode mais deixar discriminação e exclusão serem vistas como fatores “naturais” ou “históricos”.

Este documento quer ser um convite a ações para o rompimento da lógica social de exclusão repetida geração após geração. Uma lógica que priva de cidadania milhões de meninas e meninos. Uma lógica que discrimina.

O Brasil tem hoje 61 milhões de crianças e adolescentes.

Para essas meninas e meninos, o fato de ser filho de mãe com menos de um ano de estudo aumenta em sete vezes a possibilidade de viver em uma família com renda per capita mensal de até R\$ 120,00.

O fato de nascer negro aumenta em duas vezes sua possibilidade de viver em situação de pobreza. E a baixa renda da família não é fator único de exclusão. Ter uma deficiência, por exemplo, aumenta em quase quatro vezes a possibilidade de um adolescente chegar aos 17 anos ainda analfabeto.

Esses são alguns dos dados deste documento. Há informações estatísticas sobre o Brasil, as Unidades da Federação e os mais de 5,7 mil municípios brasileiros (anexo ao relatório, há um CD-Rom com toda a base de dados e uma galeria de mapas e gráficos. Não deixe de consultá-lo.).

Porém, no documento, há mais do que números. O relatório busca valorizar a diversidade como condição sine qua non de superar as desigualdades e alcançar a equidade. São alguns exemplos de como programas e políticas públicas garantem, todos os dias, os direitos à saúde, à educação e a uma vida com qualidade para cada menina e menino brasileiro.

São ainda mostras de como o Brasil pode garantir oportunidades iguais a suas crianças e seus adolescentes e contribuir para o cumprimento das Metas de Desenvolvimento do Milênio, acordadas pelo países-membros da ONU no ano 2000. Porque realmente acreditamos que, se não superar suas muitas e grandes desigualdades, o País não conseguirá atingir os objetivos estabelecidos em comum acordo pelas nações de todo o mundo.

Assim, esperamos que as informações aqui reunidas sejam úteis a gestores públicos, lideranças comunitárias, comunicadores, ativistas não-governamentais para que defendam o desenho, a destinação de recursos e a implementação de políticas públicas que ajudem a construir um Brasil mais justo, mais democrático.

Um país onde cada criança tenha seus direitos à vida, à saúde, à educação e à proteção garantidos, independente da condição econômica, social de sua família, ou de mesmo suas

METAS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO

1. Erradicar a pobreza extrema e a fome
2. Atingir o ensino básico universal
3. Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres
4. Reduzir a mortalidade infantil
5. Melhorar a saúde materna
6. Combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças
7. Garantir a sustentabilidade ambiental
8. Estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento

condições físicas, sua raça e etnia, sua cultura.

Gostaríamos de registrar ainda o apoio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sem o qual este relatório não existiria. Também agradecemos a parceria com a Rede Globo, que tornou possível o debate desses temas e dados, em caráter preliminar, com mais de 300 pessoas vindas das mais diferentes partes do Brasil, representando os mais diversos movimentos e interesses. Sem o 1º Seminário Criança Esperança, este relatório não seria tão rico e interessante.

Reiko Niimi

Representante do UNICEF no Brasil

PARTE 1:

MARCO CONCEITUAL



Introdução¹

“Todas as meninas e todos os meninos nascem livres e têm a mesma dignidade e os mesmos direitos; portanto, é necessário eliminar todas as formas de discriminação contra as crianças.”

Um mundo para as crianças

Relatório da Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a Criança, 2002

Todas as crianças e adolescentes brancos e negros têm as mesmas oportunidades e recebem o mesmo tratamento? Ser branco ou ser negro faz alguma diferença? Há diferenças entre as crianças e os adolescentes que precisam ser consideradas nas escolas, visando a qualidade integral do ensino e o sucesso escolar? Crianças fazem distinção entre si ou são socializadas em um contexto de hierarquização das diferenças? Qual o papel da escola e o desafio que se apresenta para seus educadores? Nossos projetos sociais ou nossas escolas estão eliminando ou reforçando a homofobia e uma educação machista? A criança e o adolescente indígenas devem frequentar escolas diferenciadas? O que as sociedades indígenas pensam sobre isso? E as crianças e os adolescentes com deficiência? Estão recebendo atenção a seus direitos nas escolas regulares? Na distribuição de recursos da área social, é justo dar prioridade para uma região mais do que para outra? Podemos atingir todas as situações com as mesmas abordagens, normas, regras ou políticas? A vida de crianças e adolescentes no meio urbano é igual ao meio rural? Em que difere? Como as desigualdades regionais afetam as crianças e os adolescentes em

¹ Os principais estudos utilizados para o desenvolvimento desta seção foram: Bulgarelli R. (2001). Valorização, promoção e gestão da diversidade. São Paulo: AMCE; Segone M. (2001). Child equity. Niamey: UNICEF; Arend D. (2002). Iniquidade: Introdução a um conceito complexo, UNICEF; e Minujin A. e Delamonica E. (2002). Mind the gap. Em: Cornia (ed.) Globalização dirigida às crianças, Relatório do UNICEF, Centro de Pesquisa Innocenti.

suas diferentes faixas etárias e nos diferentes temas que se relacionam à qualidade de vida, como habitação, educação e saúde? Todos os pobres são iguais? Há questões históricas ou culturais que devemos considerar? Ser branco ou ser negro, ser menino ou ser menina, possuir ou não uma deficiência, ser rico ou ser pobre, ser do norte ou ser do sul, ser indígena ou não, morar em área urbana ou rural... Como lidamos com essas questões em nossas vidas, nossos projetos, programas e políticas a favor dos direitos da criança e do adolescente? O que nos revelam os dados estatísticos quando realizamos esses recortes na situação geral da infância e da adolescência?

Essas questões estão presentes neste relatório, que traz para o fórum de debates sobre programas e políticas públicas de atenção aos direitos da criança e do adolescente a afirmação de que diferenças de gênero, raça e etnia, deficiência, no meio urbano e rural, regionais, entre outras, transformam-se em desigualdades intoleráveis e estão também comprometendo o desenvolvimento do país.

Podemos enfrentar todas as situações acima com as mesmas abordagens, normas, regras ou políticas? Tratar todas as crianças e adolescentes de forma igual, sem considerar suas diferenças ou suas desigualdades, pode estar reforçando ou mesmo gerando ainda mais iniquidades, mais discriminação negativa, mais problemas do que soluções.

É fundamental respeitarmos e promovermos

os direitos de todas as crianças e todos os adolescentes, como prega a doutrina da proteção integral, presente na Convenção sobre os Direitos da Criança e no Estatuto da Criança e do Adolescente. Dentro desse “todos”, devem ser consideradas as diferenças e a transformação dessas diferenças em iniquidades por meio de mecanismos baseados na intolerância, no preconceito, na discriminação negativa de determinados grupos, segmentos ou situações específicas.

Além disso, não se pode reduzir a questão dos direitos da criança apenas a programas sociais que visem promover maior equidade de renda. A própria situação da infância e da adolescência é de vulnerabilidade em relação ao mundo adulto, transcendendo a questão de renda ou a situação econômica da família.

Violência, preconceito, discriminação negativa, racismo, machismo, intolerância podem atingir todas as crianças e todos os adolescentes, ricos ou pobres. A renda é um componente importante, mas não o único a ser considerado quanto às ameaças ou violações a que estão sujeitos meninos e meninas. A violência doméstica é um exemplo disso. Não são apenas as crianças pobres que sofrem violências de seus pais ou dos adultos que deveriam cuidar de sua proteção.

As questões de raça/etnia, gênero e deficiência, por exemplo, são recortes que demonstram situações críticas de iniquidade a ser superadas com abordagens específicas e com uma educação, no sentido amplo, para

a tolerância e a valorização da diversidade.

Dessa forma, tão importante quanto considerar a renda, é também considerar o impacto que a intolerância, os preconceitos e discriminações negativas a determinados grupos ou situações produzem sobre a renda, as condições socioeconômicas ou a auto-estima das famílias, suas crianças e adolescentes. A maioria das crianças negras, por exemplo, é apenas negra e pobre, ou há uma “coincidência” que devemos levar mais a sério e denunciar que são pobres porque são negras? Quanto de preconceito ainda pode existir em nossas reflexões e em nossas práticas?

Essas “coincidências”, na verdade, revelam que há muitas outras questões determinando a posição que as pessoas ocupam na pirâmide social além de, apenas, a reprodução da pobreza, de pai para filho. Há barreiras que impõem um lugar ou impedem mobilidades, há uma banalização das iniquidades ou desses lugares. E quem tenta sair desse lugar enfrenta mais do que ninguém essas barreiras, que se tornam assim mais explícitas e evidentes. Uma criança com deficiência sabe do que estamos falando e de como é difícil sair de “seu lugar” para se tornar um atleta ou mesmo querer freqüentar uma escola da rede regular de ensino.

Há iniquidades históricas e persistentes a ser enfrentadas com ações específicas que exigem, muitas vezes, uma mudança de postura dos agentes que estão atuando na promoção dos direitos da criança e do

adolescente. Mais do que isso, exigem de todos uma revisão dos modelos que criamos ou que reproduzimos e que servem apenas para garantir privilégios para alguns e negar os direitos de outros, pelo fato de serem “diferentes”.

Há uma banalização dessa iniquidade e, assim, também das atitudes e práticas que hierarquizam as diferenças, com suas regras universais e impessoais distorcidas em nome de uma relação pessoal e próxima. A convivência com essas iniquidades de maneira prolongada gera essa perigosa banalização do que deveria ser motivo de constante indignação e não de conformismo. A indignação como antipatia ou rejeição das situações de injustiça pode conferir um ingrediente essencial para a luta contra as iniquidades, articulando melhor os enfrentamentos gerais com os específicos.

A idéia do “outro”, nesse contexto, é concebida como estranho até que se estabeleçam níveis de personalidade. E, quando isso ocorre, então, o negro torna-se “moreno”, a menina empregada doméstica transforma-se em alguém “quase da família”, e assim por diante, transformando a alteridade em uma maneira de incluir que significa transformar o outro em um igual ao padrão dominante e conformado dentro dessa estrutura de geração de iniquidades. O diferente é concebido como aquele que está fora do nosso círculo, aquele com o qual eu não tenho qualquer referência pessoal, não importando o laço de igualdade que nos una “perante a lei”.

A alteridade como reconhecimento do outro a partir de si mesmo – ou seja, pressupondo o respeito a si mesmo e ao outro como alguém que reconhecemos na plenitude de sua dignidade humana, dos seus direitos e da sua diferença – fica comprometida, e as relações pessoais e sociais entregues à geração de conflitos dos mais diversos. Esse comprometimento da alteridade implica, como nos lembra Paulo Freire, uma tendência de colonizar o outro. Essa colonização dá-se a partir de relações de dominação em que um padrão é imposto sem questionamento, exterminando a possibilidade de complementaridade na construção de um projeto de humanidade ou de nação que permitiria falar em “nós”, o que ainda não é possível, dadas as desigualdades intoleráveis que temos.

As iniquidades e o enfrentamento das mesmas colocam-nos como sujeitos históricos. Alguns, massacrados em sua identidade durante séculos, mas que souberam resistir e que permanecem afirmando essa identidade dentro da sociedade, com suas relações hierarquizadas e assimétricas.

A valorização da diversidade aqui defendida necessita, portanto, desse entendimento de que não se trata de aceitar a pluralidade em

relação a um padrão dominante ou ideal, como se o reconhecimento das diferenças fosse dado como uma autorização da “normalidade” para que elas existam e possam se expressar. O princípio básico é que diversos somos todos e, portanto, somos todos responsáveis pela valorização dessa diversidade criadora que nos caracteriza como seres humanos.

A diversidade valorizada e celebrada não pode ser utilizada como uma maneira de se eliminar as singularidades e as diferenças, mas, pelo contrário, como uma poderosa expressão de indignação e rejeição das iniquidades que marcam as relações entre as pessoas e que têm por determinante exatamente a negação da diferença ou a subordinação e dominação em nome dessa diferença.

Temos a idéia de igualdade construída ao longo da história dos direitos humanos e que muitas vezes acaba sendo utilizada também para a negação das diferenças, o que não contribui para o enfrentamento das iniquidades. A tentativa de formular uma Declaração Universal dos Direitos Humanos, que transcende as diferenças e os recortes de toda ordem para afirmar uma dignidade comum a todos os seres humanos como sujeitos de direito, incorpora, ao longo do tempo, a necessidade de incluir nessa

² Conferência proferida em 26 de junho de 2003, no I Seminário Criança Esperança – Igualdade na Diversidade: Pela Garantia dos Direitos de Cada Criança e Adolescente.

proteção geral, abstrata, a especificação desses sujeitos de direito.

Há a necessidade de conferir visibilidade, como nos lembra Flávia Piovesan², a determinados grupos em função do seu grau de vulnerabilidade. Há a necessidade, ao lado do direito à igualdade, de se afirmar o direito à diferença, o respeito à diversidade. Necessidade de conferir visibilidade a sujeitos que podem estar ocultos e oprimidos nas formulações teóricas e práticas que generalizam ou que tentam falar de um coletivo, de um “nós” que, na verdade, está submetido a um determinado padrão e que só reconhece o que é “espelho”.

Nessa perspectiva, como mudar os arranjos de formulação das políticas públicas que, ao longo de sua história, pautaram-se em discursos universais e operaram em bases exclusivistas? Qual a importância e os impactos positivos de se construir novos arranjos para as políticas para a infância, considerando a diversidade, a diferença, o outro?

Quando a valorização da diversidade é tratada junto com a promoção da equidade, é possível pensar nesses avanços, do que precisa e pode ser realizado a partir do que ainda não temos, do que precisamos ter. É

necessário superar uma visão conformista que nos fala que a diversidade existe, mas que omite a maneira como essa diversidade está hierarquicamente distribuída na sociedade, ou mesmo ausente em muitos lugares, caracterizando a exclusão de amplos setores sociais.

Luiza Bairros³ alerta-nos sobre o perigo de considerar a diversidade apenas nas aparências e nos fala sobre a ausência da diversidade: “Falta diversidade na escola, o que distorce a experiência histórica dos diferentes grupos sociais e raciais; falta diversidade nas imagens mais freqüentemente veiculadas pelos meios de comunicação; falta diversidade nas posições sociais mais valorizadas; falta diversidade na composição dos quadros das ONGs, das organizações internacionais e dos órgãos públicos – que, teoricamente, deveriam existir para promover a diversidade que eles mesmos negam na sua prática cotidiana; falta diversidade nos objetivos das políticas públicas, até porque a diversidade também é peça rara entre os que formulam e implementam essas políticas.”

Apesar de todos reconhecermos a diversidade presente na sociedade brasileira, há a negação da forma como

³ Conferência proferida em 26 de junho de 2003, no I Seminário Criança Esperança – Igualdade na Diversidade: Pela Garantia dos Direitos de Cada Criança e Adolescente.

ela está distribuída, há a banalização das desigualdades intoleráveis e o não reconhecimento de sua ausência sustentados em uma maneira de ver, sentir e agir que têm, como base, o racismo, o sexismo, a homofobia, a intolerância, o preconceito e as discriminações negativas, marcando significativamente as relações pessoais e sociais. A riqueza da diversidade é, assim, negada e, por isso, precisa ser valorizada para que possa estar efetivamente presente nas estruturas de poder, de decisão, em uma distribuição equânime das oportunidades.

As crianças e os adolescentes, em sua condição peculiar de pessoas em desenvolvimento, são também vítimas desse padrão dominante centrado no adulto. São muitas vezes discriminados, não ouvidos, desrespeitados e não tolerados pelo mundo adulto. Por serem crianças e adolescentes, apesar de todo avanço havido ao longo da história humana e mais precisamente no último século, ainda se encontram sujeitos à violência, à exploração, à violação de seus direitos. São constantemente ameaçados pelos interesses e visões do mundo adulto e de uma ordem mundial que consideram pouco suas fragilidades, necessidades específicas e seus direitos.

As iniquidades que encontramos dentro do próprio mundo da infância e da adolescência

brasileiras estão sedimentadas também nessa não valorização da diversidade como combate a todas as formas de discriminação negativa e promoção da equidade no acesso às oportunidades e aos benefícios produzidos pela sociedade.

Diante do que foi dito, valorizar a diversidade não pode significar a aceitação passiva dessa conformação social e histórica das diferenças em relações hierarquizadas e de dominação, mas exatamente a rejeição daquilo que transforma a diferença em motivo para iniquidades. Valorizar é reconhecer que a diversidade tem significado, tem peso, tem importância. E, com base nessa importância, tomar decisões que permitam questionar toda atitude ou postura de dominação, de subordinação do outro a padrões impostos, de banalização das desigualdades intoleráveis.

Por ser um valor cada vez mais presente nas discussões em todas as áreas, existem hoje métodos aprimorados de promoção e, sobretudo, de gestão da diversidade, algo que podemos e devemos considerar para abordar com efetividade a questão da inclusão, da equidade, da promoção e garantia dos direitos de cada criança e adolescente neste país.

No campo da educação, da saúde, da assistência social, dos programas de

atendimento direto ou de mobilização social; em processos de capacitação de agentes sociais, operadores do direito; na constituição das equipes; enfim, em todas as áreas, tornam-se imperativas a abordagem da diversidade e a consideração das diferenças como uma riqueza e não como um problema. Nossas organizações, governamentais ou não-governamentais, estão preparadas para lidar com diferenças? Aprendemos a lidar com as diferenças de uma maneira que gera iniquidade e exclusão, portanto, podemos aprender a lidar com elas de uma maneira que gere equidade e inclusão.

As crianças e os adolescentes também são atores importantes nesse processo. Eles são a face mais vulnerável das situações

que atentam contra nossa diversidade e que geram injustiças. Ao mesmo tempo, eles são potencialmente os que podem reverter essa situação se forem educados em um novo paradigma, se forem atendidos em seus direitos de forma que vejam respeitadas suas diferenças em um ambiente de inclusão e valorização da diversidade.

As crianças e os adolescentes dos diferentes grupos (minorias e majorias) podem e devem, mais do que nunca, participar desse processo de mudança ao lado de suas lideranças, das organizações que os representam e que lutam por seus direitos. Qualquer discussão sobre diversidade deve ter as lideranças dos grupos diversos à frente dela e contar com a solidariedade de todos os demais.

“Nunca perdi a esperança de que essa grande transformação viria a ocorrer. Não apenas por causa dos grandes heróis que já mencionei, pela coragem dos homens e mulheres comuns de meu país. (...) Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, ou por sua origem, ou sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender; e, se elas podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar, pois o amor chega mais naturalmente ao coração humano do que o seu oposto. A bondade humana é uma chama que pode ser oculta, jamais extinta.”

Nelson Mandela⁴

⁴ Para além do racismo – Abraçando um futuro interdependente – Relatório Geral Iniciativa Comparativa de Relações Humanas – Brasil, África do Sul e Estados Unidos, janeiro de 2000.

1 SOMOS TODOS IGUAIS!

O Relatório da 27ª. Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas, de maio de 2002, intitulado “Um mundo para as crianças”, reafirma que todas as meninas e todos os meninos nascem livres e têm a mesma dignidade e os mesmos direitos. Nenhuma vida vale mais do que a outra diante do fato de que todas as crianças e todos os adolescentes do planeta são iguais.

Os estudos para decodificação do genoma humano apenas evidenciam que somos todos membros de uma única família, a família humana, partilhando esperanças, aumentando nossas responsabilidades e fortalecendo a necessidade de buscarmos formas de viver juntos e de construir a paz e o diálogo entre todos. Seriam essas tarefas suficientes para o desenvolvimento humano sustentável em um planeta que se encontra diante de tantas ameaças? Seriam apenas os argumentos baseados na natureza suficientemente políticos para assegurar e garantir a idéia de igualdade?

As atrocidades do holocausto, de uma guerra baseada na intolerância e no não reconhecimento da dignidade das pessoas (e que também se justificava em argumentos baseados na natureza), levaram os povos à decisão conjunta de reafirmar, na Declaração dos Direitos Humanos, em 1948, a igualdade entre cada um e cada nação.

Esse episódio desumano, no entanto, não foi o único na nossa história. Ainda hoje

somos testemunhas de repetidos feitos de desumanidade, de racismos, homofobismos, sexismos e de discriminações que sinalizam para a necessidade cada vez maior de substantivar o conceito de igualdade. De dar concretude e materialidade a um ideal que, em essência, é abstrato, mas que, por muitos séculos, funcionou como uma importante ferramenta para garantia da liberdade. Uma substantivação que leve em conta, em sua operação, um Estado que não somente proíba discriminações, mas também promova a realização da igualdade. Um Estado que, ao promover o diálogo entre os diferentes, dê o real sentido da igualdade.

“Reconhecemos que, além de nossas responsabilidades pessoais e sociais, temos a responsabilidade coletiva de apoiar os princípios da dignidade e equidade humana no âmbito global. Portanto, como líderes, temos um dever perante a população mundial, principalmente com as pessoas consideradas mais vulneráveis e, em particular, com relação às crianças do mundo, a quem o futuro pertence.”

Declaração do Milênio das Nações Unidas

A criança é a face mais vulnerável da humanidade, e a afirmação de seus direitos como direitos humanos é tarefa cotidiana perante as decisões dos adultos que colocam em risco sua vida, sua dignidade, seu potencial para se desenvolver em um

mundo livre das guerras e da miséria, em um ambiente viável.

Um mundo para as crianças, como nos diz o Relatório das Nações Unidas de 2002, “é aquele onde todas as crianças e adolescentes desfrutam de várias oportunidades para desenvolver sua capacidade individual em um meio seguro e propício” e também “onde o desenvolvimento humano sustentável, levando em conta os melhores interesses das crianças, é construído nos princípios da democracia, da igualdade, da não-discriminação, da paz e da justiça social e da universalidade, indivisibilidade, interdependência e inter-relação de todos os direitos humanos, incluindo o direito ao desenvolvimento”.

A dignidade, o reconhecimento de que somos todos iguais na condição de seres humanos, em nossa dignidade, e de que temos, em decorrência disso, os mesmos direitos, não é algo apenas formal, dado ou suficiente, mas algo construído. Não é apenas uma constatação, mas uma prescrição de que precisamos trabalhar constantemente a favor dessa igualdade. Alegar igualdade natural só se torna relevante quando se parte do entendimento de que desigualdades sociais devem ser reduzidas, eliminadas, e as diferenças valorizadas. Sejam essas diferenças de gênero, etnias, comportamento, habilidades

e capacidades, ou ainda de idade, entre outras. Nessa perspectiva, igualdade não é um ponto de partida, mas sim um ponto de chegada. O papel dos Estados é fundamental no processo de promoção das igualdades, que busca saber primeiro quem são, de fato, os sujeitos-alvo dos direitos humanos.

Assim, essa outra idéia de igualdade não desconsidera nossas diferenças, nossa diversidade cultural, nossa criatividade. Não somos iguais só na condição de seres humanos. Somos iguais, porque somos diferentes. Porque somos membros de uma única família, com uma diversidade que é nossa característica e nossa riqueza. Somos iguais e diferentes. Nas palavras de Touraine (1998): “(...)somos todos iguais na medida em que todos procuramos construir nossa individuação”, ou ainda “somos iguais entre nós somente porque somos diferentes uns dos outros”(1998:72).

Essa é uma complexidade que precisa ser articulada permanentemente na promoção e defesa dos direitos humanos e, em especial, dos direitos da criança e do adolescente, que devem ser prioridade absoluta, como afirmado na Constituição Federal (artigo 227).

A afirmação de que somos iguais é a base sobre a qual podemos também afirmar que somos todos diferentes, com expressões plurais e interdependentes em nossas formas biológica e culturalmente diversas.

2 SOMOS TODOS DIFERENTES!

Saber que existe o diferente faz alguma diferença? Que diferença faz reconhecer o “outro”? Essa diferença acrescenta-nos alguma coisa?

Em um primeiro momento somos capazes de concordar que somos todos, ao mesmo tempo, diferentes uns dos outros e que temos o direito a essa diferença, a sermos o que somos do ponto de vista biológico e cultural.

No entanto, essa consciência de enxergar e reconhecer o outro é suficiente para nos garantir um comportamento ético? A prática e os novos processos educacionais têm revelado que aprendemos muito mais sobre nós mesmos a partir da diferença e com o diferente. Os nossos olhares e os olhares do outro sobre nós definem a forma e a noção de pertencer a alguma coisa. Você somente reconhece-se como igual no outro, na relação com o outro.

Contudo, reconhecer o outro ou descobrir a si mesmo no outro não significa descobrir um ser único, universal, resultado de uma simples soma das partes, um modelo ou um referencial humano; mas, ao contrário, significa descobrir que realizamos, em contextos diferentes, com recursos, histórias e subjetividades diferentes, o mesmo esforço para a construção de identidades.

Ou seja, não está em jogo chegar a um valor universal, predominante de uma cultura,

mas de “reconhecer em cada indivíduo seu direito de combinar, de articular em sua experiência de vida pessoal ou coletiva, a participação no mundo dos mercados e das técnicas com uma identidade cultural particular” (Touraine, 1998:65).

São essas as verdadeiras diferenças que enriquecem nossa condição humana e que, ao mesmo tempo, vão exigir responsabilidade no respeito ao horizonte ético dos direitos humanos.

Temos o direito a uma identidade, à liberdade de expressão, a nossas crenças, valores, modos de vida, opções, pontos de vista, a nossas diferentes línguas e linguagens, dentro de uma pluralidade que é rica em conflitos e que pode ser rica também na criatividade e no respeito à dignidade de todos, dentro dos limites da ética e dos acordos nacionais e internacionais que realizamos e aprimoramos constantemente.

Em uma alusão ao sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, é importante afirmar que somos todos iguais quando algo ameaça nossos direitos fundamentais de pessoa humana, quando se apresentam situações em que alguém, algum grupo ou nação se atribui uma superioridade diante das diferenças, impondo um único padrão a ser seguido ou admirado por todos. Mas é importante afirmar que também somos todos diferentes quando a igualdade nos ameaça e oprime, descaracteriza-nos, atenta

contra nosso direito de ser o que somos, nosso direito à diferença. Os processo de inclusão dentro da lógica de um grupo dominante que não quer se repensar ou se abrir a novas possibilidades, às diferenças, é um bom exemplo de momento em que é fundamental afirmar a diferença.

No entanto, o direito de ser diferente – e sua importância para a construção da igualdade – deveria ser compreendido sob o ponto de vista dos direitos humanos. Isso significa que o direito de ser diferente não pode justificar comportamentos que vão contra o direito à vida e à dignidade física, mental e psicológica. O objetivo antropológico da Declaração Universal dos Direitos Humanos é o de unificar todos os seres humanos por meio de suas diferenças e buscar a unidade na diversidade sob o princípio da dignidade igualitária, considerando as identidades.

Já a Declaração de Viena sobre Direitos Humanos (1993) afirma que a dignidade é a base comum de todos os direitos humanos, declara a sua universalidade e ainda, dentro desses princípios, enfatiza a necessidade de se levar em consideração as diferenças nacionais e regionais, a herança histórica, cultural e religiosa. O mesmo enfoque sobre os direitos humanos serviu de base para a Convenção sobre os Direitos da Criança (1991), que já foi ratificada por 191 países, e que nos permite reforçar que devemos promover os direitos de cada criança e adolescente.

3 SOMOS TODOS IGUAIS E DIFERENTES!

Somos todos igualmente diferentes! Portanto, não são somente os outros, os diferentes, mas somos todos. Por isso, todos se tornam co-responsáveis por valorizar e promover a diversidade criadora no mundo¹, reconhecendo a complexidade que se articula o tempo todo na busca de formas cada vez mais criativas e solidárias de vivermos juntos e em paz.

Podemos ser iguais e diferentes, ter

os mesmos direitos sem que nos descaracterizemos. A diferença não se opõe à igualdade. A igualdade é a garantia da concretização da liberdade, da dignidade, da condição humana em comum e, ao mesmo tempo, constitui a maneira como queremos ser tratados em função dessa condição, considerando nossas diferenças e nossas necessidades específicas.

A atenção aos direitos da criança e do

Há 500 anos, eles eram 5 milhões. Hoje são 734 mil e têm seus direitos freqüentemente violados por políticas equivocadas ou pela ausência de ações. São 54 povos que precisam ser respeitados e valorizados em suas culturas e histórias para que a diferença não seja sinônimo de iniquidade, como hoje. Coletividade, sustentabilidade, saberes milenares são algumas das condições fundamentais para garantir os direitos de crianças e adolescentes indígenas brasileiros.



adolescente e a defesa dos mesmos nos programas e políticas públicas devem considerar, portanto, esta dialética, que articula igualdade e diferença – um grande desafio ante os paradigmas atuais que subordinam a inclusão à transformação do outro em alguém parecido com um padrão dominante.

“O desenvolvimento divorciado de seu contexto humano e cultural não é mais que um crescimento sem alma. O desenvolvimento econômico, em sua plena realização, constituiu parte da cultura de um povo. Essa idéia, contudo, não é comumente aceita. A visão convencional trata a cultura como fator catalisador ou como obstáculo

ao desenvolvimento econômico, o que conduz à necessidade de levar em consideração os fatores culturais do desenvolvimento. Todavia, a tese contida neste relatório é a de que o desenvolvimento compreende não apenas o acesso a bens e serviços, mas também a possibilidade de escolher um estilo de coexistência satisfatório, pleno e agradável. Em uma palavra, o desabrochar da existência humana em suas várias formas. Os bens e serviços presentes na visão convencional e estreita do desenvolvimento só têm valor porque contribuem para nossa liberdade de viver de acordo com nossos próprios valores. A cultura, por conseguinte, mesmo tendo em vista sua importância

¹ “Nossa diversidade criadora” – Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento – Javier Pérez de Cuéllar (org) – Editora Papirus e UNESCO, 1996.

INDÍGENAS

Luta pelas tradições

Em suas aldeias ou nas periferias das grandes cidades, eles lutam para manter vivos seus costumes, suas línguas, suas tradições. O Brasil tem hoje 734 mil índios – o equivalente a 0,4% da população do País – 287 mil são crianças e adolescentes.

Terra, saúde e educação são os desafios mais urgentes para esses meninos, meninas e suas famílias. Para esses povos e para todos os gestores envolvidos na formulação de políticas públicas dirigidas a essas populações, o salto de qualidade só será possível quando ações e programas forem pensados a partir da dinâmica coletiva e do respeito à cultura das 54 nações indígenas espalhadas

por 24 das 27 Unidades da Federação no Brasil.

Metade dos índios brasileiros (370 mil pessoas) vive fora de territórios indígenas. Em sua maioria, são famílias expulsas de suas terras por falta de demarcação, por invasão de grileiros, mineiros, madeireiros, ou gente em busca de escola ou emprego fora de seus espaços originais.

A outra metade vive em aldeias. Sofre ameaças à propriedade da terra e enfrenta problemas de acesso à saúde, à educação de seus filhos e ao trabalho.

As crianças são as primeiras a sofrer os impactos desses deslocamentos e da ausência de

políticas públicas. A terra – de caráter utilitário para a produção e de caráter simbólico como referencial de vida e identidade – falta. Sem espaços suficientes para plantar suas roças, os índios não têm condições de produzir alimentos. Nas aldeias, meninas e meninos sofrem com a fome e a desnutrição. No Rio Grande do Sul, entre os Kaingáng, está uma das maiores taxas de desnutrição infantil do Estado.

Entre alguns povos, há projetos de agentes comunitários de saúde indígenas. Pessoas das próprias populações índias capacitadas para ações de saúde básica que levem em conta as tradições religiosas e medicinais de seus

como instrumento do desenvolvimento (ou obstáculo a ele), não pode, em última instância, ser reduzida à posição subsidiária de mera promotora (ou freio) do crescimento econômico. O papel da cultura não se esgota no de servir a certas finalidades – embora o conceito, em seu sentido estrito, possa ter efetivamente essa função; constitui, de forma mais ampla, o fundamento social das próprias finalidades. O desenvolvimento e a economia são, pois, aspectos da cultura de um povo.”

Nossa diversidade criadora – Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento

“Mais do que a rejeição da cor da pele de um povo, o racismo constitui-se na

negação da história e da civilização desse povo; a rejeição de seu ethos, de seu ser total. A diversidade, entretanto, é a condição universal da existência humana, e a riqueza da experiência humana funda-se em grande parte na integração, na intercomunicação e no intercâmbio entre as culturas específicas. O objetivo verdadeiramente revolucionário não é o de erradicar as diferenças... (mas antes) evitar que elas sejam transformadas nas pedras fundamentais da opressão, da desigualdade de oportunidades, ou da estratificação social e econômica.”

Abdias do Nascimento e Elisa Larkin Nascimento, “Para além do racismo – Relatório da Iniciativa Comparativa de Relações Humanas”

povos. Porém, essa política não está universalizada entre as populações e nem sempre alcança os índios que vivem fora de terras indígenas.

Se sobrevivem aos primeiros 6 anos de vida, as crianças passam a enfrentar, então, novos problemas. As escolas, nas aldeias ou fora delas, nem sempre são bilíngües. Para que fossem bilíngües, precisariam, primeiro, alfabetizar as crianças em sua língua materna e só depois em português. Nas aldeias, ainda é possível encontrar projetos de educação escolar indígena. Com professores indígenas (que ensinam a língua materna às crianças com materiais didáticos especiais e resgatando contos e lendas de seus povos), as crianças podem concluir o ensino fundamental.

Os bons projetos de educação escolar indígena conseguem avançar e procuram substituir os conceitos de competência e sucesso individual, valores não indígenas, por conceitos mais coletivos e comunitários. As aulas aproveitam o ambiente das crianças e explicam noções de desenvolvimento sustentável. A situação é mais grave quando os índios vivem nas periferias das cidades. Meninas e meninos quase sempre freqüentam escolas regulares, nas quais aprendem apenas o português, sofrem preconceitos e não aprendem sobre a história de seu povo. O mais comum nesses casos é que as crianças passem a negar sua cultura e identidade e sintam-se profundamente desvalorizadas. Na adolescência, outros desafios

para os jovens índios. Não há classes de ensino médio para os que terminaram o ensino fundamental. Não há espaço para o trabalho dentro das tradições de seus povos (sobre isso leia Destaque na página ???). Desesperançados, os jovens, em alguns povos, cometem suicídio. Em 15 anos, 300 jovens Guarani-Kaiowá, por exemplo, optaram por acabar com a própria vida por falta de perspectiva e de sentimento de pertença.

4 IGUALDADE NA DIVERSIDADE

4.1 Tratamento igual...

Tratar de maneira igual pode significar respeito e consideração pela dignidade de todas as pessoas, uma deferência que acolhe e que inclui.

Tratar de maneira igual é, por exemplo, reconhecer, garantir e assegurar o potencial que todos têm ao nascer e que precisa ser desenvolvido com oportunidades e condições de escolhas acertadas, sem desconsiderar as diferenças, mas acolhendo-as como características individuais ou coletivas; como parte integrante do processo de desenvolvimento humano sustentável – novo paradigma que atribui novos compromissos ou responsabilidades aos indivíduos, sujeitos, organizações e nações.

Embora haja, no caso brasileiro, disposições normativas, inclusive constitucionais, que assegurem um cenário de igualdade e que invalidam práticas discriminatórias contra crianças e adolescentes, povos indígenas, afro-descendentes, pessoas com deficiência e mulheres, entre outros; essas mesmas normas legais por si só não garantem a reversão de um quadro histórico e tradicional brasileiro em que, para alguns, são reservados papéis de franca dominação e a outros, representações de subordinação ou submissão. A continuidade dessa lógica de dominação tende a pôr em risco a possibilidade de um real tratamento igual entre iguais.

Para um tratamento igualitário de fato,

para além da prática individual de cada um, coloca-se para o Estado, em conjunto com o coletivo da sociedade civil, o desafio de romper com a neutralidade essencial das leis e assumir uma ação positiva perante as desigualdades. Dando sentido a essas leis e fazendo valer os direitos.

Sem dúvida, uma das bases das sociedades democráticas é exatamente a idéia de igualdade de tratamento. Mas é também a de igualdade de oportunidades; da possibilidade de romper barreiras baseadas na origem social (ser pobre ou ser rico), na origem étnica ou racial (ser branco, negro, indígena ou de origem asiática, por exemplo), na origem de gênero (ser homem ou mulher), na condição de saúde ou condição de deficiência, na situação etária (ser jovem ou idoso), nas diferentes religiões, expressões de fé ou ateísmos, entre tantas outras características que possuímos como seres humanos.

A diferenciação faz sentido quando visa à proteção especial, na perspectiva dos direitos humanos, para garantir, por exemplo, que crianças e adolescentes não tenham que trabalhar, não sejam submetidos à exploração no trabalho, apesar do direito que adultos têm ao trabalho. A diferenciação também é necessária para garantir à mulher, por exemplo, direitos relacionados a sua condição feminina, a suas necessidades específicas diante do mundo ou especificamente diante do mercado de trabalho e à possibilidade de engravidar, ter filhos.

A construção das condições de equidade passa, portanto, pela igualdade de oportunidades, combinada com políticas específicas, que levem em consideração as necessidades específicas, as diferenças que caracterizam a nós todos como indivíduos, sujeitos e pessoas humanas em suas realidades históricas, sociais, culturais e econômicas distintas.

4.2... considerando as diferenças.

Muitas vezes, há confusão com o fato de que é preciso tratar as pessoas com respeito à sua dignidade acima de qualquer diferença ou condição em que se encontrem. “Acima” não quer dizer “contra” as diferenças.

Entendemos, equivocadamente, que somos todos iguais “independente” de nossas

diferenças ou “apesar” delas. É necessário, no entanto, considerar as diferenças para que haja tratamento igual, para que haja respeito à condição humana, àquilo que nos caracteriza e que nos assegura em nossa identidade. Ninguém quer ver sua condição específica, como o fato de ser mulher, negro, deficiente, criança ou idoso, por exemplo, desconsiderada ou ignorada em relação a qualquer outro atributo (beleza, competência, inteligência, entre outros).

As pessoas querem e devem ser tratadas com respeito e com igualdade no acesso às oportunidades, aos serviços e benefícios de qualidade oferecidos ou distribuídos pela sociedade da maneira como são, considerando suas características e especificidades.

A terra representa um elemento fundamental no trabalho pela garantia dos direitos dos quilombolas e um espaço de resistência do povo negro. É preciso continuar o mapeamento, demarcação e homologação das áreas remanescentes de quilombos e estabelecer políticas de saúde, educação e proteção, para as crianças e suas famílias, que considerem a luta pela terra e as tradições dos quilombolas.



O desrespeito às especificidades, às realidades e às experiências de vida de um indivíduo pode, em muito dos casos, significar a imposição de um padrão talvez invisível, que desconsidera o direito à diferença, os direitos específicos que cada grupo possui ou busca conquistar.

Tratar de maneira igual deve significar a distribuição justa de oportunidades, utilidades, benefícios, direitos, assistência, serviços, condições para desenvolver o potencial ou acesso para alcançar qualidade de vida na sociedade.

Nessa perspectiva, tratar de maneira igual os diferentes, sem considerar suas características, necessidades ou situações específicas, habilidades, momentos ou estilos de vida, capacidades, interesses,

crenças, valores, pontos de vista, semelhanças e dessemelhanças entre si, não gera justiça, mas sim iniquidades.

Assim, como no caso das diferenças, tratar de maneira igual os que estão em situação de desigualdade ou são vítimas da iniquidade, sem considerar suas vulnerabilidades e desvantagens, sua condição de violação dos direitos humanos fundamentais, gera também mais desigualdades e se constitui em uma injustiça.

Considerar as diferenças é importante. Considerar as desigualdades é fundamental. Tratar desigualmente os desiguais é justo, conforme princípio da equidade que veremos a seguir.

QUILOMBOS

Criança quilombola

Ainda hoje, 115 anos depois do fim da escravidão no Brasil, meninas e meninos negros são excluídos de seus direitos à saúde, à educação e à proteção, como se vê no capítulo 2 deste relatório (veja, por exemplo, o gráfico 53 na página [XX](#)). Algumas dessas crianças e adolescentes afro-descendentes, além de serem vítimas de maiores discriminações do que as crianças brancas, sofrem ainda mais violações de seus direitos pela condição peculiar dos lugares onde vivem.

Eles moram nas chamadas áreas remanescentes de quilombos. Espaços ocupados por negros há muitas dezenas de anos, quando,

ainda escravos, fugiam das fazendas, e onde permaneceram organizados após a abolição da escravatura, em maio de 1888. Algumas dessas terras foram compradas pelos escravos ou doadas para esses e seus descendentes.

Como no caso dos indígenas, a questão da terra é o desafio mais profundo para essas comunidades quilombolas. Até março do ano 2000, o governo federal havia identificado 724 áreas como essas, onde viviam mais de 80 mil pessoas. No entanto, levantamentos mais recentes, realizados por organizações que defendem os direitos das

populações negras no Brasil, há mais de mil potenciais comunidades quilombolas espalhadas por todo o País. Assim, as famílias das crianças quilombolas envolvem-se em incansáveis lutas pelo direito de permanecer nas terras herdadas de seus antepassados. Enquanto isso, os adultos submetem-se a condições de trabalho precárias, o acesso à escola para as crianças é difícil e o currículo escolar está longe da realidade desses meninos e meninas. Os serviços básicos de saúde e assistência social também são escassos e desconsideram a cultura e a organização das comunidades

4.3 Diferenças e desigualdades.

A diferença não está no campo da ética. A desigualdade, sim. A desigualdade pode ser relativa ou absoluta, tolerável ou intolerável. Quando nossas diferenças tornam-se motivo de desigualdades intoleráveis, vemo-nos diante da injustiça ou da iniquidade.

Uma desigualdade intolerável é quando existem, em uma mesma sociedade, pessoas que freqüentam a universidade e outras que jamais foram à escola. Também é intolerável a desigualdade no acesso a bens, serviços e oportunidades, como é o caso dos brancos nas universidades públicas, quando outros grupos da mesma sociedade estão quase completamente ausentes, como negros, deficientes e indígenas. Quando o número de mulheres e homens na ocupação de

postos de direção no mercado de trabalho apresenta uma desigualdade importante, também temos um exemplo de iniquidade a ser combatido.

A iniquidade acontece na maneira como as riquezas são distribuídas e estão visíveis nas relações entre pobres e ricos, na enorme concentração de renda, com desvantagens imensas entre o norte e o sul, entre o meio rural e o urbano. Acontece também nas relações entre homens e mulheres de uma mesma classe social (ricos ou pobres), em que as mulheres, por exemplo, estão mais presentes nas estatísticas de desemprego do que os homens, mesmo possuindo maior escolaridade do que estes, denunciando que há filtros, barreiras que marcam as relações de gênero.

As iniquidades estão presentes nas relações

nessas áreas. Falta saneamento básico e água encanada na maioria das comunidades. O grito de urgência pela formulação de políticas públicas especiais vem das próprias comunidades, mas esbarra na falta de dados precisos sobre a situação dessas famílias. Para superar esse problema, estudos têm sido feitos para saber mais sobre as condições em que vivem esses meninos e meninas quilombolas. Um exemplo é a pesquisa do Projeto Erê Omnirá e da Universidade Federal do Maranhão, realizada em 2003. O levantamento abrangeu seis dessas comunidades no Estado do Maranhão, localizadas nos municípios de Itapecuru-Mirim (Santa Joana, Santa Maria dos

Pretos e Morros) e Codó (Centro do Expedito, Barro Vermelho e Santo Antônio dos Pretos). Ali vivem 550 pessoas, sendo 257 crianças e adolescentes. Nessas comunidades, é clara a precariedade da infra-estrutura, onde 63,8% das casas são construídas de taipa; 25,5% de pau-a-pique; e cerca de 10% de outros materiais rústicos, principalmente palha. Na quase totalidade dos domicílios (93%) não há água encanada, 86% não possuem banheiros e 44% dos domicílios não dispõem de energia elétrica. Ou seja, são comunidades rurais isoladas. Como estão distantes das sedes dos municípios a que pertencem, são grandes as distâncias até os serviços de saúde, agravadas pelo

fato de que não há sequer agentes de saúde nas comunidades mais afastadas.

A localização também dificulta o acesso das crianças à escola a qual têm direito. Muitas precisam caminhar longas distâncias para chegar até a sala de aula onde, normalmente, uma única professora ministra aulas para alunos de várias séries ao mesmo tempo. O currículo é o mesmo das escolas urbanas. Raramente os estudantes quilombolas vêem sua história, sua cultura e as particularidades de sua vida nos programas de aula e nos materiais pedagógicos.

Os dados da pesquisa feita pela Universidade Federal do Maranhão revelam que 31,5% da população com mais de 7 anos

étnico-raciais. Recentes pesquisas na área de saúde no País demonstram que não há tratamento igual nos serviços de saúde entre mulheres gestantes negras e brancas. Ficou comprovado, por exemplo, que um número muito maior de mulheres brancas foi orientado durante o pré-natal sobre os sinais do parto e recebeu informações sobre a alimentação adequada durante a gravidez. Para as mulheres negras, este número foi 20% menor.

É difícil para todos lidar com as determinantes dessas iniquidades aqui analisadas. A tendência de reduzir a análise a problemas sociais é grande, mas facilmente ela desmorona diante de dados que fartamente estão sendo divulgados atualmente, como, por exemplo, este inédito conjunto de dados sobre a realidade da

infância e da adolescência brasileiras com recortes variados apresentado neste relatório.

Algumas reflexões e conceitos são importantes para aprofundarmos o entendimento sobre as determinantes de tamanhas iniquidades, sobre as barreiras que colocam segmentos imensos em situação de vulnerabilidade ou de desvantagem na sociedade.

Que barreiras são essas?

Que critérios usamos para analisar alguém? São sempre objetivos? Estereótipos sociais podem influenciar-nos nessas análises? Qual o nosso imaginário pessoal e social em relação aos “outros” que pouco conhecemos?

nunca freqüentou a escola. O estudo mostra, ainda, que em 44,7% das famílias pesquisadas, as mulheres nunca fizeram consulta pré-natal; 17% das mães informam que amamentaram a criança exclusivamente no peito apenas até o primeiro mês de vida – quando o ideal recomendado pela organização Mundial da Saúde e pelo UNICEF é de seis meses de aleitamento materno exclusivo. Somente 10% das mães amamentaram seus bebês por mais de seis meses. Do total das famílias entrevistadas, em apenas 53,7% as crianças haviam tomado vitamina A, que previne doenças de pele e deficiências visuais e reforça as defesas do organismo. E mais alarmante, 46,3% das

famílias, nas comunidades quilombolas, ainda não haviam vacinado suas crianças. A falta de agentes comunitários das próprias áreas quilombolas faz com que se percam as tradições de uso de medicamentos extraídos das ervas encontradas na região, de maneira orientada e associada a outros cuidados de saúde. Apesar das dificuldades, as comunidades têm um respeito peculiar pela opinião das crianças. Elas compartilham com os pais e parentes situações cotidianas de alegria ou adversidade. E, segundo a pesquisa, 45% das 215 famílias pesquisadas levam em conta a opinião das crianças sobre as decisões que lhes são relevantes. Para o pesquisador Carlos

Benedito Rodrigues da Silva, meninos e meninas sentem-se protegidos, na comunidade, porque contam com apoio da família e dos parentes e com a proteção das benzedadeiras, ao mesmo tempo em que são reconhecidos pelos demais moradores por sua participação. “As crianças têm uma grande importância tanto no que se refere a sua auto-estima e a seu sentimento de pertença a um grupo, fortalecendo os meios dela mesma assegurar e lutar por seus direitos, quanto para a continuidade histórica e cultural da comunidade”, complementa.

Qual a relação entre violência e discriminação?

Há um padrão com base no qual julgamos os demais?

O que é violência, padrão dominante, estereótipo, preconceito e discriminação?

Violência

“Violência significa tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser (é desnaturar); todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); todo ato de violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade (é violar); todo ato de transgressão contra o que alguém ou uma sociedade define como justo e como um direito(...). Violência é um

ato de brutalidade, sevícia e abuso físico ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e intimidação, pelo medo e pelo temor. A violência opõe-se à ética, porque trata seres racionais e sensíveis, dotados de linguagem e de liberdade, como se fossem coisas, isto é, irracionais, insensíveis, mudos e inertes ou passivos.”
*Marilena Chauí, “Uma ideologia perversa”.
Folha de S. Paulo, 14/03/99, 5-3*

Estereótipos

Imagem mental padronizada, tida coletivamente por um grupo, refletindo uma opinião demasiadamente simplificada, atitude afetiva ou juízo incriterioso a respeito de uma situação, acontecimento, pessoa, raça, classe ou grupo social. *(Michaelis)*

Políticas públicas de combate à seca não são suficientes para melhorar a situação das crianças e adolescentes no semi-árido. A transformação dessa realidade requer amplo investimento econômico e social e o envolvimento das comunidades. As pessoas organizam-se e promovem grandes articulações de entidades da sociedade civil, como a Articulação no Semi-Árido (ASA) que vai construir um milhão de cisternas na região. Mas ainda é preciso promover mais alternativas de convivência com a região e sua natureza, sua cultura e identidade.



Geram e ao mesmo tempo explicam e justificam desigualdades.

Intolerância

A intolerância pode ter a forma da marginalização dos grupos vulneráveis e de sua exclusão de toda participação na vida social e política e também a da violência e da discriminação contra os mesmos. Como afirma a Declaração sobre a Raça e os Preconceitos Raciais, "Todos os indivíduos e todos os grupos têm o direito de ser diferentes."

Declaração da Unesco sobre Tolerância (art. 1.2), 1995

Preconceito

É uma atitude negativa com relação a uma

pessoa ou grupo, baseando-se em um processo de comparação social.

É uma postura que acentua sentimentos e atitudes dirigidos a um grupo ou a uma pessoa por ser membro dele. É uma ignorância, um desconhecimento sobre o "outro".

Discriminação

Discriminar: Discernir, diferenciar, distinguir, separar, classificar especificando. Especificar, tratar de modo preferencial, geralmente, com prejuízo para uma das partes. (Michaelis)

É uma manifestação prática, comportamental, uma ação baseada em crenças, idéias, valores e interesses. Ela pode ser positiva ou negativa, incluindo

SEMI-ÁRIDO

Infância sem investimento

Políticas públicas de combate à seca não são suficientes para melhorar a situação das crianças e adolescentes no semi-árido. A transformação dessa realidade requer amplo investimento econômico e social e o envolvimento das comunidades. As pessoas organizam-se e promovem grandes articulações de entidades da sociedade civil, como a Articulação no Semi-Árido (ASA) que vai construir um milhão de cisternas na região. Mas ainda é preciso promover mais alternativas de convivência com a região e sua natureza, sua cultura e identidade.

No semi-árido brasileiro, crianças crescem ouvindo os adultos culparem a seca pela fome, pela falta de escola de qualidade, pela pobreza. A explicação simplista reduz à irregularidade de chuvas a responsabilidade que, na verdade, cabe à falta de investimentos em infra-estrutura, à ausência de políticas básicas de saúde, de educação, de assistência social, à escassez de programas de geração de trabalho e renda. Esses, sim, os fatores históricos que resultam na quase ausência de oportunidades para os 11 milhões de crianças e adolescentes do semi-árido brasileiro.

Concentrando mais da metade dos pobres brasileiros, a região do semi-árido é formada por 1.401 municípios dos Estados de Minas Gerais, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão. O número corresponde a 25,4% dos municípios brasileiros. Ali vivem 15% da população brasileira (cerca de 26 milhões de pessoas) e 18% das crianças e os adolescentes do País. Segundo dados da pesquisa Situação da Criança e do Adolescente no Semi-Árido Brasileiro/2003, realizada pelo UNICEF, meninas e meninos da

ou excluindo, mantendo ou modificando privilégios e relações de dominação.

Discriminação institucional

Ocorre independente de a pessoa ter ou não preconceito aberto ou uma intenção de discriminar. Os mecanismos estão inseridos nas práticas cotidianas, procedimentos, regras, causando exclusão. São rotineiras e contínuas, variando entre aberta ou encoberta, visível ou escamoteada da visão pública.

Baseado em Maria Aparecida Bento

Racismo

O racismo vem sofrendo “adaptações” ao longo do tempo, sempre a serviço da dominação e manutenção de privilégios

por meio da afirmação de superioridade de uns em relação a outros. A discriminação negativa por raça ou etnia vem resistindo ao tempo. No caso brasileiro, o racismo é determinante para o enfrentamento da pobreza, na necessária “desnaturação” das desigualdades intoleráveis que se escondem na idéia de “democracia racial”. O racismo afeta populações de diferente formas, as condições de existência e de sobrevivência dessas pessoas na sociedade.

Racismo institucional

Pensem sobre as práticas raciais como práticas institucionais e estruturais que distribuem recursos com base na linha da cor. (...) Aqueles que recebem os benefícios desse sistema, embora talvez não se tenham engajado ativamente na discriminação, não

região enfrentam realidades mais difíceis para se desenvolver se comparadas à média das crianças brasileiras.

Os problemas começam ainda antes do nascimento. A Organização Mundial da Saúde (OMS) e o UNICEF recomendam que gestantes façam ao menos seis exames pré-natal para garantir sua saúde e a do bebê. No entanto, no ano 2000, em 77% dos municípios do semi-árido, as gestantes realizaram menos de seis consultas.

A Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) no semi-árido, estimada a partir de dados municipais coletados pelo pesquisador Celso Simões (1998), era de 64,5 óbitos por mil bebês nascidos vivos, enquanto a média nacional

era de 33 por mil. Em 8% dos municípios a situação é mais grave, apresentando TMI superior a 90 por mil nascidos vivos, principalmente em Alagoas. Dos municípios da região, 93% têm TMI superior à do Brasil e 110 municípios têm TMI acima de 90, maior do que o Gabão, Benin, Ruanda e Paquistão.

Cerca de 10% das mortes de crianças menores de 1 ano, internadas na rede hospitalar, foram causadas por doenças diarréicas e 5% por deficiências nutricionais (dados do Datasus, 2001).

Mas há boas notícias para as crianças do semi-árido. A perspectiva de melhora vem do acesso de 68,8% das crianças de 6 e 7 anos à educação infantil

(creches e pré-escolas), enquanto a média nacional é de 61,4%. Porém, quando se observam as crianças na idade do ensino fundamental e médio, o quadro reverte-se. Em 95,4% dos municípios do semi-árido, as crianças de 10 a 14 anos têm média de 2,9 anos de estudo de , inferior à média nacional (3,77 anos). Nessa mesma faixa etária, os 20% das crianças e adolescentes mais pobres no semi-árido estudam, em média, por 2,3 anos. Enquanto, os 20% mais pobres do Brasil têm 2,9 anos de estudo. A desigualdade com relação ao índice nacional é tão grande que mesmo entre as crianças e adolescentes com maior renda no semi-árido, a desvantagem é de cerca de 2 anos de estudo, em média,

são inocentes. (...) Por exemplo, se vivemos em uma sociedade patriarcal em que os recursos são distribuídos de acordo com critérios de gênero, os homens não podem alegar inocência. Isso não significa que eu não goste da minha mãe, que odeie a minha irmã ou minha mulher, mas significa, sim, que os recursos estão distribuídos injustamente em favor dos homens, e que é necessária uma mudança estrutural.

(...) Você pode amar sua mãe, sua irmã, sua mulher, e, ainda assim, viver em um sistema hierárquico em que as mulheres são dominadas pelos homens ou em que os negros são dominados pelos brancos.

John A Powell – em Para além do racismo

As desigualdades socioeconômicas acabam por limitar oportunidades sociais. Se uma criança tem pais com vários anos de

estudo, acesso à informação de qualidade, à modernidade, oportunidades culturais, possui também mais chances de dar continuidade ou incrementar sua condição com base no mérito do que aqueles que não têm essa condição.

Muitas das iniquidades têm origem em aspectos culturais, ideologias, preconceitos e estereótipos que apartam e determinam desvantagens e vulnerabilidades.

Não se pode afirmar que a situação de iniquidade da mulher, dos negros, das pessoas com deficiência, das crianças e dos adolescentes, entre outros, possa ser explicada apenas do ponto de vista econômico, ou na relação riqueza/pobreza. É evidente que há filtros, barreiras, sexismos, racismos, homofobismos e outras

em relação ao mesmo dado nacional. São 356 mil crianças e adolescentes com idades entre 10 e 14 anos fora da escola.

Se o acesso é difícil e a escola é pouco atrativa, no semi-árido brasileiro, ainda é comum que crianças e adolescentes troquem os estudos pelo trabalho. Assim ajudam a complementar a renda familiar, mas inserem-se no secular ciclo de reprodução da pobreza.

Se, no Brasil, entre os 20% mais pobres, 10,3% das crianças e adolescentes com idades entre 10 e 15 anos trabalham, no semi-árido esse índice sobe para 16%. Isso quer dizer que uma a cada seis crianças tem sua mão-de-obra explorada e seu direito à proteção violado. O Estado de Alagoas apresenta quase

80% de seus municípios com média de crianças e adolescentes ocupados acima da média do semi-árido (13,5%). Maranhão e Piauí apresentam mais de 60% dos municípios nesta situação, e, em 20% dos municípios do Rio Grande do Norte, mais de 13,5% das crianças trabalham.

Fonte: Situação da Criança e Adolescente no Semi-Árido Brasileiro / 2003, estudo realizado pelo consultor José Farias Gomes, a pedido do UNICEF.

discriminações negativas atuando para que determinados grupos se encontrem ameaçados em seus direitos por suas características; por ser quem são, por não estar dentro do padrão dominante, por ter suas diferenças transformadas em iniquidades, alimentando um círculo vicioso que se esconde e se fortalece por trás da idéia de que o problema é apenas econômico ou de que somos cordiais e sem preconceitos de espécie alguma.

4.5 A diversidade e suas vantagens

“Reconhecemos e afirmamos que, no limiar do terceiro milênio, a luta global contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata e todas as suas abomináveis formas e manifestações é uma questão de prioridade para a comunidade internacional e que esta Conferência oferece uma oportunidade ímpar e histórica para a avaliação e identificação de todas as dimensões destes males devastadores da humanidade visando sua total eliminação pela, inter alia, adoção de enfoques inovadores e holísticos, do fortalecimento e da promoção de medidas práticas e efetivas em níveis nacionais, regionais e internacionais;

Afirmamos, também, a grande importância que atribuímos aos valores de solidariedade, respeito, tolerância e multiculturalismo, que constituem o fundamento moral e a inspiração para nossa luta mundial contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata, tragédias inumanas que, durante demasiado tempo, têm afetado os povos de todo mundo, especialmente na África;

Afirmamos, ainda, que todos os povos e indivíduos constituem uma única família humana, rica em sua diversidade. Eles têm contribuído para o progresso das civilizações

e das culturas que formam o legado comum da humanidade. A preservação e a promoção da tolerância, do pluralismo e do respeito à diversidade podem produzir mais sociedades inclusivas.”

Declaração da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, adotada em 8 de setembro de 2001 em Durban, África do Sul

Pensar a diversidade por sua ausência em determinados lugares, por exemplo, nas escolas particulares e públicas, remete imediatamente a pensar nos filtros ou barreiras construídos socialmente e historicamente para produzir essa ausência. Significa pensar nos preconceitos, intolerâncias, discriminações negativas, no racismo, sexismo ou machismos, na homofobia e outras formas de apatidão e exclusão que geram prejuízos a suas vítimas diretas mas também a relações na sociedade que se tornam insustentáveis.

Uma sociedade, uma organização ou grupo que se constitui, que se organiza e se mantém com ideologias ou barreiras desse tipo está comprometendo seu desenvolvimento, o desenvolvimento de todas as pessoas e se tornando, evidentemente, insustentável ao longo do tempo, incapaz de manter e acolher a vida.

A diversidade pela ausência ou pela forma como essa diversidade é hierarquizada na pirâmide social remete, portanto, às iniquidades, às injustiças, aos critérios e às justificativas construídas ao longo do tempo para manter os homens brancos no topo dessa pirâmide. Isso transforma a diferença em motivo para desigualdades intoleráveis, gera sofrimentos e conflitos, afeta a auto-estima das pessoas que não se identificam com o padrão dominante, empobrece as relações e as perspectivas, seja de um grupo,

de uma organização ou de todo um país.

Dar valor e significado à diversidade, como forma de considerá-la nas decisões e, portanto, reconhecer o direito à diferença e sua importância, leva ao enfrentamento das amarras, barreiras, posturas, atitudes, gestos concretos que empobrecem as relações sociais, culturais, políticas e econômicas.

Valorizar a diversidade, mobilizar as pessoas para reconhecer a complexidade das relações e enfrentar esse conjunto de ideologias, atitudes, posturas e gestos, que aqui estamos chamando de barreiras a essa diversidade – e que muitas vezes se articulam para engendrar seus prejuízos ou para justificar os privilégios de uns sobre outros –, já é em si uma riqueza, uma vantagem para as pessoas, grupos, organizações e sociedades que assumem esse desafio.

Promover a diversidade torna-se tarefa muito especial, uma grande oportunidade em um país como o Brasil, onde, por variados motivos, há essa riqueza da diversidade como em poucos outros países. Promover a equidade, desconstruir as barreiras e construir um projeto de país que realmente considere as diferenças é um desafio que já no processo de elaboração desse projeto pode enriquecer a todos.

É evidente que o custo econômico da exclusão e da iniquidade torna os países com forte discriminação de amplos setores da sociedade menos competitivos no cenário global. Se o Brasil é um país injusto, mais do que um país pobre, o combate às discriminações negativas e a construção da equidade, ou seja, de um desenvolvimento humano mais igualitário, podem melhorar a situação interna, o que logo se evidenciará também no cenário internacional. Quando se percebe que a pobreza, o desemprego,

o subemprego, o baixo índice educacional e de acesso aos serviços de saúde sofrem recortes na linha da cor, raça, etnia, gênero, deficiência, idade, urbano/rural, entre outras, a destruição dessas barreiras transforma-se em oportunidade de crescimento marcado pela equidade, gerando uma sinergia e uma disposição diferente para a construção desse projeto de país e para o enfrentamento dos desafios nacionais e internacionais. Investir na valorização da diversidade como justiça social é conferir uma face humana ao desenvolvimento que, sem igualdade de oportunidades, não consegue sair dos patamares atuais também no campo econômico.

Não investir no desenvolvimento do potencial dos talentos de todas as pessoas, nas suas capacidades e habilidades coloca os países em risco nessa atual fase de interdependência global. Como nos lembra o relatório “Para além do racismo”, já citado anteriormente, “nas próximas décadas, a economia global vai reforçar o que afirma a nossa moral coletiva: todos progridem quando se possibilita que o altruísmo – considerar e tratar os outros com justiça – seja um fator decisivo na vida econômica.”

Rejeitar as barreiras que impedem o desenvolvimento humano já é um passo importante, mas buscar a diversidade ausente ou mal conformada na sociedade é fundamental para incluir no horizonte de todas as pessoas as possibilidades que ninguém é capaz de realizar sozinho; para investir em relações de solidariedade e de complementaridade, não de dominação, cujas correntes prendem os pés das vítimas mas também dos seus algozes; para expandir as fronteiras e buscar recursos que sozinho ninguém possui.

Quando se coloca a questão da diversidade no campo dos valores humanos, da moral

e da ética, não há como querer provar suas vantagens, pois a sua não valorização já é um prejuízo em si para a vida e seu desenvolvimento pleno. Qual é a vantagem de não nos relacionarmos com base em preconceitos e estereótipos? Qual é a vantagem social e econômica de vivermos em paz?

Contudo, de maneira pragmática, pode-se enumerar outras tantas vantagens quando a diversidade é valorizada no sentido de construir complementaridade, interdependência, sinergias, interações criativas que superem um mero mosaico estático e passem a representar um caleidoscópio, em que a diferença está presente e pode expressar-se para também expressar novas formas de pensar, ver, sentir e agir sobre o mundo

em relações equânimes.

A não valorização da diversidade despreza perspectivas, olhares, visões que são fundamentais para se construir idéias ou análises da realidade. Portanto, com equidade, justiça social, maior presença e efetiva participação dos segmentos ausentes das estruturas de poder e de deliberação sobre os destinos das organizações em geral e da sociedade, é possível ampliar as análises e a proposição de saídas que são mais criativas, que tendem a valorizar a flexibilidade em vez da rigidez característica de espaços notadamente homogêneos, autoritários, preconceituosos para com o que é diferente do padrão imposto.

Para uma organização, seja ela governamental ou não-governamental,

Para conhecer a situação e propor modelos de desenvolvimento humano, social e econômico na Amazônia é preciso estabelecer novos conceitos e gerar novas formas de conhecimento. A adaptação de "cidadania" para "florestania" é uma das respostas para esses desafios, assim como os diagnósticos socioeconômicos feitos com a participação de lideranças indígenas. A nova abordagem deve permitir o desenho e a implementação de políticas que considerem as muitas diversidades amazônicas.



com fins lucrativos ou não, a valorização da diversidade, contrapondo-se a padrões rígidos e homogêneos, mesmo que formada apenas por minorias no enfrentamento de suas desvantagens e vulnerabilidades, atrai competências, habilidades, histórias de vida diferentes e, com isso, novas perspectivas e possibilidades, gerando sinergia quando é cultivada a interação dessas diferenças.

Muitas universidades ao redor do mundo, por exemplo, posicionam-se francamente favoráveis às providências ou medidas que possam romper com as barreiras que afastam determinados grupos de suas salas de aula, centros de pesquisa e de produção de conhecimento. Essas organizações entendem a importância de manter sintonia e coerência com valores humanos elevados e de se buscar a diversidade na consecução

dos fins a que elas se destinam. Também há o entendimento de que estão preparando as pessoas para viver em um mundo onde a diversidade está presente e é cada vez mais valorizada.

O mundo das grandes empresas tem-se dedicado há muitos anos a descobrir formas de garantir a diversidade em seus quadros de pessoal, desenvolvendo também formas de gestão dessa diversidade em que a diferença possa não apenas estar presente, mas ser respeitada e ter garantida a sua expressão, ocupando lugares de comando e fortalecendo as estratégias de diálogo com fornecedores, clientes, acionistas e comunidades ao redor do planeta. Em um mundo acelerado e em contínuo processo de mudança, percebe-se, no campo da gestão dos negócios, que a diversidade adiciona

AMAZÔNIA

Às crianças da Amazônia, a florestania

O conceito de florestania sugere que, na Amazônia, o sentido de cidadania exige uma abordagem diferente e original. Compatível, por um lado, com o perfil diferenciado e específico da região e, por outro, com sua rica e desafiante diversidade étnica, ambiental, cultural, social e econômica. Florestania quer dizer sustentabilidade econômica, social, política, ambiental, cultural e ética e, portanto, a defesa incondicional dos direitos de crianças e adolescentes amazônicos a viver,

crescer e aprender a partir de sua realidade e de seu contato próximo com a exuberante natureza. Não por acaso, o conceito nasceu no Estado do Acre. Sintetiza princípios e valores assumidos por índios, seringueiros e pequenos colonos (nas décadas de 70 e 80, liderados por Chico Mendes), protagonistas do movimento de preservação das florestas acreanas e defensores de uma maneira diferente de viver e produzir na Amazônia.

Na prática, o conceito aponta para a necessidade de se criar e implementar programas que levem em conta as especificidades da região. Nas áreas ribeirinhas, por exemplo, programas nacionais, como o de Agentes Comunitários de Saúde, devem ser adaptados para que alcancem tão bons resultados como nas áreas urbanas (leia Destaque [na página XXX](#)). No Acre e no Amapá, essa adaptação incluiu as parteiras tradicionais nas políticas públicas de saúde da

valor, gera resultados quanto maior for o respeito efetivo às diferenças e a interação entre as pessoas em torno dos objetivos comuns.

Em qualquer organização, na qual as pessoas possam ser o que são e não tenham de se adequar a padrões rígidos que determinam a forma de falar, pensar, vestir-se, comportar-se de acordo com esse padrão dominante, é evidente que a auto-estima elevada gera mais criatividade, mais bem-estar, melhor qualidade de vida e relações mais sustentáveis ao longo do tempo.

Nos programas e políticas sociais, no campo das corporações privadas, nos governos e organizações não-governamentais, em qualquer organização

social enfim, a diversidade é sempre vantagem e o aprendizado que gera é fundamental para a construção da paz em um mundo ambiental, social e economicamente sustentável.

mulher e pré-natal. Também nesses dois Estados, surgem modelos de interação com a floresta por meio de unidades de conservação, que valorizam as tradições das comunidades locais e a diversidade social, cultural e biológica da região. Na região do Alto Juruá, uma das regiões de maior biodiversidade do planeta, seringueiros, agricultores, ribeirinhos e vários povos indígenas preservam culturas e formas de viver e produzir, baseadas no equilíbrio com a natureza da qual retiram o sustento – dos seringais, do açaí – e onde produzem seus conhecimentos. Propostas de novos tipos de extrativismo, como base da atividade

econômica, envolvem as comunidades locais e asseguram um baixo impacto ambiental. As comunidades produzem alimentos, produtos de uso farmacêutico, combustíveis, tecidos, resinas, móveis, corantes. Dessa forma, há melhor distribuição de renda e as famílias não são expulsas de suas regiões pelo modelo do latifúndio e suas monoculturas. Para as crianças e os adolescentes, o conceito dá prioridade à saúde e à educação, como forma de preservar a vida e dar continuidade aos modelos de produção com sustentabilidade. Medir os impactos dessa forma de interação entre homem e natureza demanda ainda o

desenvolvimento de indicadores econômicos e sociais que considerem outras formas de produção e de desenvolvimento humano para meninas, meninos e suas famílias. Por exemplo, medir os cuidados com as crianças menores de 3 anos de idade pelo acesso a creches, na Amazônia, pode desconsiderar o fato de que em municípios com populações pequenas, as famílias organizam-se para cuidar de suas crianças pequenas de uma forma diferente, aproveitando a convivência familiar em ambientes como as casas e seus quintais. A questão da renda representa outro desafio. Não há dinheiro circulando e, portanto, não é

5 PRINCÍPIOS DA EQÜIDADE

O princípio da eqüidade consiste em tratar de maneira distinta os que não se encontram em condições de igualdade, exatamente para que sejam construídas relações justas, sem iniquidades. Em sociedades com longo passado de escravidão, como a brasileira, o Estado e suas organizações ou instituições assumem papel decisivo e relevante na promoção da eqüidade e redução das suas desigualdades.

Pessoas em desvantagem econômica necessitam de maior atenção e mais recursos públicos do que as economicamente favorecidas para ter assegurados os mesmos direitos.

Maior atenção e recursos também são dispensados a grupos sociais, tais como mulheres, afro-descendentes, indígenas, pessoas com deficiência, entre outros – que, por práticas históricas de discriminação, foram alijados do acesso a bens e serviços públicos de qualidade; ou ainda, afetados em sua auto-estima, na maneira como se posicionam diante dessas discriminações, muitas vezes resistindo, mas também introjetando esses valores dominantes.

Assim como nem toda igualdade é justa quando não considera as diferenças, nem toda desigualdade é injusta quando visa reduzir as iniquidades.

possível medir a renda familiar. A “pobreza”, que poderia ser medida a partir da renda, desconsidera as dinâmicas econômicas das cooperativas e das comunidades, por exemplo. O acompanhamento da saúde das crianças indígenas é outro dos fatores que demandam novos olhares, novos índices. As sociedades tradicionais da Amazônia devem ter respeitadas suas tradições do uso de plantas para os cuidados da saúde das crianças. Não se pode deixar de medir, acompanhar e promover a nutrição de meninas e meninos da região, como se faz em outras partes do País, mas as práticas tradicionais de atenção à gravidez e ao parto, assim como a dieta do dia-a-dia baseada nos

recursos locais precisam ser respeitadas e estimuladas. Experiência recente de pesquisa sobre a situação das crianças Saterê-Mauê, nos Estados do Amazonas e Pará, pode servir de exemplo para o aprimoramento da coleta de dados e da definição de perfis estatísticos que levem em conta a diversidade amazônica. A palavra-chave da pesquisa é a participação, envolvimento dos próprios pesquisados na definição de critérios e perguntas. A pesquisa é fruto do projeto de Diagnóstico Sócio-Demográfico Participativo da População Sateré-Mawé. Os Sateré-Mawê vivem em área demarcada nos municípios de Barreirinha, Maués, Parintins

e Borba, no Estado do Amazonas, e no município de Itaituba, no Estado do Pará. O projeto é uma parceria entre a Confederação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), da Fundação Estadual de Políticas Indigenistas do Estado do Amazonas (FIEPI) e da Gerência de Educação Indígena da Secretaria de Educação do Estado do Amazonas, além de organizações e comunidades indígenas, organizações governamentais como o Instituto de Estudos sobre a Amazônia, da Fundação Joaquim Nabuco e organizações internacionais, como o UNICEF e o Fundo das Nações Unidas para as Populações (FNUAP).

Um tratamento desigual é justo quando beneficia os mais vulneráveis, os que se encontram em situação de desvantagem concreta ou simbólica em relação a outros que, mesmo pobres, estão próximos do padrão dominante determinado pela sociedade e têm, portanto, mais condições de se beneficiar das oportunidades ou de enfrentar menos barreiras objetivas ou subjetivas na busca dessas oportunidades.

Assim é com as crianças brancas pobres, que têm mais chances de permanecer no sistema escolar e, por isso, apresentam mais anos de estudo do que as crianças pobres e negras, ou seja, mesmo nas mesmas condições socioeconômicas, há problemas ligados à discriminação. Também podemos pensar em uma criança com deficiência, em uma família com boas

condições financeiras, mas que enfrenta todo tipo de preconceito e discriminação, e a violação de seus direitos.

Desvantagens concretas, que afetam as condições concretas de existência das pessoas, são agravadas pelas desvantagens simbólicas, geradas pelo preconceito, pela intolerância, pelos processos e mecanismos de discriminação que elegem aqueles que não se aproximam de um padrão dominante estabelecido dentro de uma dinâmica global ou local.

Em uma sociedade democrática, não apenas do ponto de vista legal ou formal, mas do conteúdo da existência social, políticas públicas de equidade são fundamentais para se promover a verdadeira liberdade, igualdade, pluralidade e participação.

A pesquisa busca identificar as formas de produção nas comunidades (se o trabalho é assalariado ou não, a importância da caça e da pesca, a produção de subsistência), além da situação social de crianças, adolescentes, mulheres, homens e idosos do povo Sateré. As lideranças indígenas participaram na organização do questionário da pesquisa e da estratégia para o levantamento nas aldeias. Essas lideranças, ou Tuchauas, integram a equipe de campo, orientando e fazendo os primeiros contatos nas comunidades. Os professores e agentes de saúde – todos indígenas – assessoram a coordenação técnica do

Diagnóstico no planejamento das ações de campo. O trabalho é executado por professores, agentes de saúde e alunos, na língua do povo, sob orientação e supervisão da equipe técnica da pesquisa. Terminado o levantamento, os resultados serão levados de volta às comunidades também pelos professores indígenas. O Diagnóstico, ainda em fase de levantamento, é uma experiência inovadora de interação entre organizações indígenas e não indígenas.

A equidade confere justiça à igualdade, confere ação à constatação de que somos iguais, apresenta exigências com base ética que nos tiram dessa mera constatação de que somos iguais sem que tenhamos a responsabilidade de agir, de construir essa igualdade, de promover justiça nas relações.

“A idéia de desenvolvimento humano sustentável nos diz que um mundo melhor é um mundo economicamente eficiente, socialmente justo, politicamente democrático e ambientalmente sustentável. Ela nos diz que a razão do desenvolvimento é o ser humano que o gera e, como está no relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), de 2002, “a redução sustentada da pobreza exige um crescimento equitativo, mas também exige que os pobres tenham poder político. E a melhor maneira de se conseguir isso, de modo consistente com os objetivos do desenvolvimento humano, é pela criação de formas fortes e aprofundadas de governança democrática, em todos os níveis da sociedade”. Desenvolvimento humano trata, portanto, do desenvolvimento das pessoas (aumentando suas oportunidades, capacidades potencialidades e direitos de escolha), do desenvolvimento para as pessoas (garantindo que seus resultados sejam apropriados equitativamente pela população) e do desenvolvimento pelas pessoas (alargando a parcela de poder dos indivíduos e das comunidades durante sua participação ativa na definição do processo de desenvolvimento do qual são sujeitos e beneficiários). Duas qualidades são fundamentais para o desenvolvimento humano: a equidade e a sustentabilidade. (Série Mídia e Mobilização Social – Vol. 1 – Andi/UNICEF)

Essa igualdade apenas constatada é usada muitas vezes como desculpa para não agirmos individual e coletivamente a favor

daqueles que mais precisam, deixando as coisas como estão, congeladas, estáticas e, portanto, mantendo injustiças que deveriam ser combatidas por todos.

Países que valorizam a diversidade e a equidade, que as reconhecem como uma riqueza a ser respeitada e realçada, possuem maiores chances de um bom desempenho, de garantir respeito no campo econômico, humano, social e político aos seus cidadãos, sem discriminação, desenvolvendo e tirando o máximo de vantagem das potencialidades de cada membro da sociedade.

Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1965) – Ratificada pelo Brasil em 1968

Considerando que todas as pessoas são iguais perante a lei e têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação e contra qualquer incitamento à discriminação.

Artigo 1º – Para fins da presente Convenção, a expressão “discriminação racial” significará toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto ou resultado anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício em um mesmo plano (em igualdade de condição) de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública.

Artigo 4º – Não serão consideradas discriminações raciais as medidas especiais tomadas com o único objetivo de assegurar o progresso adequado de certos grupos raciais ou étnicos ou de indivíduos que necessitem da proteção que possa ser necessária, para proporcionar a tais grupos ou indivíduos, igual gozo ou exercício de direitos humanos e liberdades fundamentais,

contanto que tais medidas não conduzam, em conseqüência, à manutenção de direitos separados para diferentes grupos raciais e não prossigam após terem sido alcançados os seus objetivos.

5.1 POR QUE A EQÜIDADE É IMPORTANTE?

A eqüidade gera vantagens concretas e simbólicas: confiança, respeito aos direitos humanos, justiça social, participação, não violência, relações baseadas na tolerância, desenvolvimento sustentável, auto-estima elevada, senso de pertença a uma comunidade ou nação, formação de capital social, entre outras vantagens.

Os benefícios de uma sociedade livre de desigualdades intoleráveis são enormes, mas a exigência de rever paradigmas,

reconhecer privilégios de classe, gênero, raça, entre outros, é muito desafiadora para a maioria das pessoas. É preciso repensar a lógica que dá sustentação a esse estado de coisas, e todos, de alguma forma, precisam preparar-se para a construção de uma nova lógica mais inclusiva, mais justa, mais atenta aos direitos humanos fundamentais.

5.1.1 Diversidade e eqüidade

Há um círculo vicioso e perverso em que a diversidade não valorizada gera iniquidades e, por conseqüência, a sociedade fica privada de se beneficiar da riqueza que a diversidade significa e pode oferecer ao desenvolvimento dos países.

A iniquidade significa que uma

Para garantir os direitos das crianças, dos adolescentes e suas famílias que vivem em favelas ou invasões, é preciso primeiro reconhecer que as dinâmicas dessas comunidades trazem necessidades específicas. Geração de emprego e renda para os adultos, acesso mais fácil a escolas e postos de saúde, oportunidades de lazer e esporte, estímulo às organizações comunitárias – a formulação de programas e políticas públicas devem levar todos esses fatores em consideração.

sociedade não está garantindo as mesmas oportunidades para que alguns indivíduos ou grupos contribuam igualmente no desenvolvimento do país, privando-se daquilo que tenham a oferecer, desperdiçando talentos, novas oportunidades, novas perspectivas. Onde há diversidade valorizada, há desenvolvimento, há movimento e não estagnação. Onde não há diversidade ou onde ela não é respeitada, não há desenvolvimento.

As iniquidades, em um mundo em constante e acelerado processo de mudança, geram ainda mais prejuízos a todos. Neste mundo, onde a mudança é tão rápida, o conceito de “competência”, um dos maiores entraves nas discussões sobre valorização da diversidade e equidade nas organizações em geral, sobretudo nas

empresariais e nas instituições de ensino superior, também está mudando. No momento atual, a competência está ligada a um grupo (comunidade, país, etc.) e não somente a um único indivíduo. Somos competentes porque nossos parceiros são competentes, porque nossas organizações são competentes.

Um país é competente porque seus cidadãos são competentes. A concepção de grupo relaciona-se com a interdependência. Nesse contexto, a comunidade, a escola, o município, um grupo social ou um país será competente se todos seus membros forem competentes.

Quantas competências e talentos são desperdiçados nas famílias, comunidades e países por causa da iniquidade e da

FAVELAS

Pobreza nas cidades

Se as áreas rurais parecem espaços geográficos onde é mais fácil encontrar crianças e adolescentes pobres, um olhar sobre as cidades brasileiras lembra-nos que também o espaço urbano reserva lugar para a pobreza, a miséria, a discriminação, a exclusão. Logo ao lado dos bairros nobres ou nas periferias das grandes cidades, os chamados “aglomerados subnormais” revelam a infância à qual se oferece educação de baixa qualidade, pouca ou nenhuma infra-estrutura de saneamento básico, serviços de saúde precários, violência, preconceito, poucas

oportunidades de trabalho para os adultos. Invasões, alagados, caixas-de-fósforos, bairros de lata, morros, ocupações, assentamentos, favelas. Os nomes são muitos e diferem a cada região do País. Para o IBGE, favela é um conjunto de no mínimo 51 unidades habitacionais em terreno alheio, público ou particular, dispostas, em geral, de forma desordenada e, na maioria dos casos, carente de serviços essenciais, como saneamento, coleta de lixo, escolas ou postos de saúde. Durante décadas, o discurso mais recorrente culpava a ausência do Estado pela

existência das favelas. Hoje, graças à organização de seus moradores, em muitos desses aglomerados, há políticas públicas de saneamento, creches, escolas e centros de atendimento à saúde. Os serviços são oferecidos ou complementados por organizações sociais, lideranças comunitárias, traficantes de drogas, em um emaranhado de relações onde é difícil afirmar quem decide e define prioridades de ações. Esse atendimento social, porém, é irregular ou insuficiente. Não assegura de maneira universal e permanente, como um direito de cada cidadão, boas condições de

exclusão? Qual é o impacto dessa perda de competências e talentos para todo o país e seus cidadãos? Como a promoção das condições de equidade poderia fazer diferença?

Em um cenário de respeito aos direitos humanos e de mercados mundiais competitivos, o fato de países possuírem uma população desempregada, com baixa escolaridade, altos índices de exclusão, com “ciclos cumulativos da desvantagem” (Hasenbalg, 1979) e com desperdício da capacidade produtiva da sua população, constitui uma enorme desvantagem.

Uma das determinantes das nossas iniquidades pode estar exatamente na não valorização da nossa diversidade humana, do respeito às nossas diferenças para

que não se transformem em motivo de exclusão, de geração de prejuízos a uns e privilégios a outros, de imposição de padrões que gerem desvantagens concretas e simbólicas a determinados grupos, afetando a auto-estima das pessoas, construindo barreiras em relação às oportunidades disponíveis.

Valorizar a diversidade é uma maneira importante de combater as iniquidades que têm por base o desrespeito às diferenças ou a não valorização dessas diferenças. Além de ser importante no combate às iniquidades, a valorização da diversidade é fundamental na erradicação da pobreza, no desenvolvimento humano sustentável e mesmo na construção de uma nação que tenha por base a democracia, a justiça, a paz.

vida a seus moradores. Como em todas as situações em que há precariedade, crianças e adolescentes são mais afetados. Segundo dados do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS), de 2001, sobre o Rio de Janeiro, 10% das meninas adolescentes e 15% dos meninos adolescentes de 15 a 17 anos de idade trabalham. No Brasil, esses valores são de 23% e 40%, respectivamente, segundo dados da PNAD 2001 do IBGE. Esses adolescentes ajudam a complementar a também irregular renda de suas famílias. Além da exploração do trabalho infantil, a violência armada é uma realidade de todos os dias. Dados da pesquisa “Crianças Afetadas pela Violência Armada Organizada”, realizada pelo

Instituto de Estudos da Religião (ISER) revelam que só no Rio de Janeiro há cerca de 6 mil crianças e adolescentes envolvidos com o tráfico de drogas. O recrutamento desses meninos (a maioria é do sexo masculino) começa por volta dos 10 anos. Para eles, o “emprego” de “soldado do tráfico” é uma alternativa de renda e representa também status na comunidade. Desnecessário dizer que os riscos são enormes. A mesma pesquisa revela que, entre dezembro de 1987 e novembro de 2001, morreram 3.937 jovens e adolescentes em confrontos com a polícia ou disputas entre quadrilhas, no município do Rio de Janeiro. Esses aglomerados subnormais são um fenômeno comum em países em desenvolvimento. De

acordo com o Relatório Global “The Challenge Of Slums: Global Report On Human Settlements 2003”, lançado pela ONU em 2003, cerca de 14% dos moradores de favelas no mundo estão na América Latina. O Brasil, país com 81,2% de sua população vivendo em áreas urbanas, lidera essa estatística, com 930 mil domicílios situados em favelas. Fenômeno surgido no final do século 19, as favelas ou invasões não param de surgir e crescer. São resultado da falta de políticas de habitação no País, dos altos índices de desemprego – que retiram as famílias de suas residências –, da expulsão de famílias das áreas rurais. Para conhecer melhor como vivem meninas e meninos em algumas dessas comunidades,

5.1.2 A iniquidade constitui uma violação dos direitos humanos

A iniquidade ainda é um dos maiores desafios dos direitos humanos encarados pela comunidade mundial. A base da abordagem dos direitos humanos significa que os princípios da universalidade e da não-discriminação precisam ser levados em consideração para todas as crianças, do nascimento até a adolescência, meninos ou meninas, de qualquer cor, raça, etnia, idioma ou religião, independente de onde vivam (Santos Pais, 1999).

Isso significa que a condição de pessoas em desvantagem econômica deve ser vista não apenas em termos de resultados sociais, mas também em termos da responsabilidade em se prevenir e evitar violações dos direitos humanos. Por esse motivo é que se deve dar

atenção especial aos grupos mais vulneráveis da sociedade. A atenção com relação a esses grupos requer mais esforços, mas é um indicador imperativo para os valores de igualdade, solidariedade e justiça social.

Oscar Vilhena¹, PhD em Ciência Política, professor de Direito da PUC e militante na área de direitos humanos, afirma que há muitas barreiras para o cumprimento dos direitos humanos e uma delas refere-se às questões afetivas. Quando conhecemos e gostamos de alguém, tendemos a respeitar mais essa pessoa e seus direitos. Como não é possível conhecer e gostar de todas as pessoas, apesar de ser um desafio sempre colocado para a toda a humanidade, ainda mais nesse processo de globalização, é preciso fortalecer os mecanismos que nos levem a respeitar a todos, tarefa na

o Centro de Promoção da Saúde (CEDAPS), a pedido do UNICEF, realiza em 2003 a pesquisa "Situação da Infância e Adolescência no Complexo do Alemão". O estudo somente ficará pronto em 2004, mas os dados preliminares ilustram as dificuldades enfrentadas por crianças e adolescentes que vivem ali.

No Rio de Janeiro, o Complexo do Alemão atravessa os bairros de Inhaúma, Ramos e Bonsucesso. São 65 mil habitantes, o 1,1% mais pobre do município. Dessa população, 23,5 mil têm menos de 17 anos.

A taxa de frequência escolar é baixa (segundo a Secretaria Municipal de Educação, 8.429 crianças e adolescentes estão matriculados). Isso porque o acesso à escola é perigoso, uma

vez que os estudantes, às vezes, são impedidos de passar por áreas bloqueadas por grupos criminosos. Entre as crianças com menos de 6 anos, somente 585 frequentam creches. E o ciclo de exclusão escolar mantém-se ao longo de toda a vida. Assim, a taxa de analfabetismo de jovens com mais de 14 anos e de adultos é de 16,3% – enquanto a média nacional é de 13,3%. E apenas 10,8% das pessoas responsáveis pelos domicílios frequentaram o ensino médio. A saúde de meninas e meninos também está ameaçada. Embora 92% dos domicílios possuam água canalizada e 99% tenham banheiros, quase todo o esgoto do Complexo é canalizado para a rede fluvial, o que causa doenças recorrentes nas crianças – 54,5% das meninas e meninos de até 3

anos têm parasitismo intestinal. Por isso, a taxa de mortalidade infantil na comunidade é de 43,5 óbitos a cada 1000 crianças nascidas vivas. No mesmo município do Rio de Janeiro, em um bairro de classe média alta, o índice é de 4,6 óbitos por 1000 nascidos vivos.

qual a educação pode assumir um papel fundamental.

5.1.3 A equidade tem um impacto positivo importante na redução da pobreza

A pobreza é um assunto muito sensível às mudanças de renda e de iniquidade: uma pequena mudança na distribuição de renda pode ter um efeito importante no crescimento ou na diminuição da pobreza. Um crescimento da iniquidade quase sempre irá implicar um aumento da pobreza de renda nos grupos mais pobres.

O Banco Mundial calcula que os países em via de desenvolvimento irão crescer em 4% per capita por ano até 2015. Quais são as implicações dessa taxa de crescimento para se atingir as metas internacionais de redução da pobreza? Como mostra o Gráfico 1, se uma taxa de crescimento de 4% for acompanhada por uma baixa iniquidade de renda, então as metas serão facilmente alcançadas e a pobreza diminuída pela metade. Se, por outro lado, uma alta iniquidade de renda acompanhar o crescimento, então as metas não serão atingidas. Taxas mais altas de crescimento podem ajudar, mas apenas até um certo limite.

O mesmo gráfico mostra que, mudando de um modelo de crescimento com alta iniquidade para um com baixa iniquidade, haverá um efeito maior na redução da pobreza do que se adicionar 1% na taxa de crescimento. Na verdade, um cenário de alta iniquidade de renda vai requerer um crescimento adicional de 5% (totalizando uma taxa de crescimento de 9%) per capita por ano para se atingir a meta. Esse resultado seria de um histórico sem precedentes. Até a economia do Sul da Ásia só cresceu 5,5% por ano entre 1965 e 1997.

5.1.4 Equidade tem impacto positivo também no crescimento econômico

Além do efeito positivo na efetividade de uma

determinada taxa de crescimento para reduzir a pobreza, há também a crescente evidência de que a equidade e a taxa de crescimento econômico estão diretamente relacionadas – com o crescimento da equidade tendo um impacto positivo não apenas na redução da pobreza como também no crescimento econômico em si. Uma equidade maior pode, dessa maneira, beneficiar os pobres de duas maneiras: (a) aumentando a taxa de crescimento geral e a taxa média da renda; e (b) permitindo que eles participem desse crescimento, uma vez que crescimento com menos iniquidade beneficia mais os pobres.

Naschold (2000) argumenta que o fator econômico do motivo pelo qual a iniquidade reduz crescimento está apoiado nas imperfeições do mercado de capitais e no papel que os pobres desempenham, não apenas como beneficiários, mas também como contribuintes do crescimento econômico. Devido à restrição de crédito, os pobres geralmente não conseguem financiar um investimento inicial mínimo na educação ou outros investimentos produtivos. Em conseqüência, também não conseguem ter uma certa segurança para esses investimentos.

Birdsall (1996) acha que a taxa da poupança dos pobres poderia ser mais alta se eles pudessem crer em um retorno maior pelo seu trabalho e seus investimentos. Portanto, se tivessem melhor acesso ao crédito e melhores oportunidades de um trabalho decente, suas rendas iriam aumentar – causando um aumento na renda nacional – e a iniquidade iria diminuir.

Outra linha de argumento sugere que uma distribuição de renda mais igualitária aumentaria o mercado doméstico e o consumo e encorajaria novos investimentos.

5.1.5 A equidade tem impacto positivo na construção de uma sociedade democrática, que é socialmente justa e economicamente eficiente

Já pudemos observar o quanto a equidade

é importante para uma economia eficiente e para uma sociedade justa sob o ponto de vista dos direitos humanos. Além das implicações citadas anteriormente, existem mais consequências sociais relacionadas ao assunto.

Condições e oportunidades desiguais de grupos na sociedade, além da maneira pela qual esses grupos percebem esta iniquidade, são também um fator importante por trás do desconforto social, pois podem levar ao crime e a conflitos mais violentos. Isso causa um impacto ainda mais negativo na coesão social da comunidade, com altos custos em todos os sentidos.

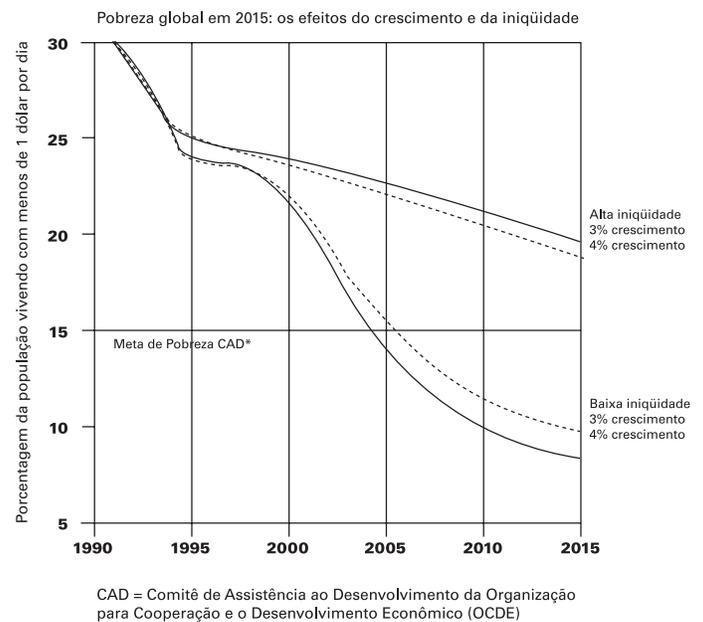
Podemos ainda dizer que a equidade tem um impacto direto na participação do cidadão na vida civil e política. Benabou (2000) e Ferreira (2001) mostram como a capacidade de participação do cidadão na política e na vida civil está fortemente relacionada com sua renda e educação.

Barbosa de Oliveira (2001) aponta como, em um sistema político que está fundamentado na renda do cidadão, uma grande iniquidade de renda traduz-se em uma grande iniquidade no sistema político. Esse fato conduz a uma maior iniquidade no sistema educacional, devido a baixos investimentos na qualidade educacional, o que significa um atendimento escolar de baixa qualidade para as crianças pobres, aumentando, portanto, ainda mais a distância entre o capital humano adquirido por crianças pobres que freqüentam as escolas de baixa qualidade e o de crianças ricas que freqüentam escolas de alta qualidade. Para completar esse círculo vicioso, a iniquidade na educação aumenta a iniquidade da renda, uma vez que a renda está diretamente relacionada com o nível educacional (Paes de Barros, Henriques e Mendonça, 2002; Blom, Holm-Nielsen e Verner, 2000; Paes de Barros e Mendonça, 1995).

5.1.6 A iniquidade pode levar à instabilidade e a conflitos políticos

Argumentos recentes sugerem que a

GRÁFICO 1 – POBREZA GLOBAL EM 2015: OS EFEITOS DO CRESCIMENTO E DA INIQUIDADE



FONTE: MAXWELL E HANMER (1999)

iniquidade pode levar a conflitos políticos e à instabilidade, o que conduz a baixos investimentos e grandes recursos sendo desperdiçados, negociados sobre a distribuição de renda em curto prazo. Sociedades altamente polarizadas raramente atingem políticas de benefícios a longo prazo para todos, uma vez que cada grupo social ficará relutante em investir a longo prazo, preocupado com a segurança do investimento e seu bem-estar. Ainda nessa linha de argumentação, essa instabilidade também reduz a habilidade dos governos em reagir aos choques econômicos. O custo dos choques econômicos externos fica maior devido aos conflitos que eles mesmos geram, diminuindo a produtividade e os recursos para a área social. Isso acontece porque a polarização política torna mais difícil a construção de um consenso nas mudanças políticas em resposta às crises.

5.17 Iniquidade prolongada pode levar a banalização dessa iniquidade

Períodos prolongados de convivência com as

desigualdades intoleráveis, como é o caso do Brasil, geram uma banalização das iniquidades, como se fossem naturais e não sociais. Mas essas desigualdades são construídas a partir da lógica de que beneficiam alguns, quando, na verdade, prejudicam muitos outros. É um benefício apenas aparente, porque, do ponto de vista global, torna-se insustentável que tenhamos, por exemplo, tantos pobres entre os negros, tantos brancos nas universidades, entre tantos dados sobre nossas desigualdades.

Essas situações de iniquidade acabam por prejudicar a todos e por inviabilizar a vida em sociedade, gerando situações de violência, de quebra da confiança, de acirramento do individualismo, em vez da formação de vínculos de solidariedade, de capital social, de desenvolvimento humano sustentável.

Quando isso acontece, toda a sociedade, inclusive suas vítimas, pode internalizar essa ordem injusta das coisas e construir explicações variadas que não alteram, apenas justificam e criam resistências teóricas, ideológicas e políticas à identificação das iniquidades e sua prioridade no campo privado ou do bem comum, como nos lembra o economista Ricardo Henriques em seus trabalhos sobre pobreza e desigualdade racial no Brasil.

No Brasil, a pobreza não está “democraticamente” distribuída entre as raças e as faixas etárias, atingindo sobretudo os negros e suas crianças e adolescentes de forma assustadora. Mas o problema é que séculos de exclusão da população negra geraram em todos nós uma banalização dessa iniquidade e um lugar social que, quando alterado, causa profunda estranheza. Essa mesma fórmula pode ser aplicada à situação da mulher, das pessoas com deficiência e de outros grupos que se apresentam, permanentemente ou em determinados momentos, em situação de desvantagem e vulnerabilidade, como é o caso

das discriminações relacionadas à idade.

Assim, ver um negro em uma posição de direção dentro de uma empresa, chefiando brancos, gera posturas mais explícitas de preconceito ou racismo do que se estivesse em uma função subalterna ou outra qualquer ligada aos estereótipos formados ao longo de anos e anos de escravidão e exclusão social. Da mesma maneira, uma mulher na direção de uma grande empresa causa a mesma estranheza, pois a banalização das iniquidades e sua conseqüente determinação de lugares não são fáceis de se combater.

Essa banalização das iniquidades corrompe a confiança entre os indivíduos, o sentido de bem comum, o projeto de humanidade e de nação, os princípios da democracia, a solidariedade e a capacidade das pessoas de se aglutinarem em torno da correção dos problemas e da construção coletiva de um futuro melhor.

Desnaturar as iniquidades é possível por meio dos exaustivos dados que o Brasil vem produzindo sobre a questão racial, de gênero e, agora, na área da infância e da adolescência, identificando as situações e espaços que caracterizam nossas injustiças sociais. A exposição desses dados faz pensar, questiona, gera debates e ajuda a repensar valores, crenças, lógicas, paradigmas e preconceitos. Também a mídia ou a comunicação no âmbito público ou privado tem um papel importante nessa desnaturação das desigualdades, cuidando para que a diversidade esteja presente e apresentando, em situação de vantagem, grupos que estejam em situação de desvantagem.

5.1.8 Iniquidade e pobreza formam um círculo vicioso de auto-reprodução

Crianças pobres estão inseridas em ciclos intergeracionais de pobreza e exclusão. Quando esse paradigma não é rompido,

elas serão pais e mães de crianças também pobres. Assim, crianças mal nutridas crescem e se tornam mães mal nutridas que acabam dando à luz bebês com baixo peso; pais que carecem de acesso a informações cruciais tornam-se incapazes de alimentar e cuidar de suas crianças de forma saudável; e pais analfabetos não podem ajudar no processo de aprendizagem de seus filhos. Para se transformar esse círculo negativo em positivo, a redução da iniquidade e da pobreza deve ter uma atenção maior para com a infância, sem esquecer as demais fases e situações da vida.

5.2 POR QUE É IMPORTANTE SE MEDIR A EQÜIDADE ?

5.2.1 Indicadores estatísticos são ferramentas poderosas para garantir a visibilidade da eqüidade na infância e na adolescência

Quando dados são cuidadosamente obtidos, analisados e interpretados, quando descobertas são veiculadas e transformadas em mensagens, transformam-se também em uma ferramenta importante para se promover os direitos humanos das crianças e melhorar a eqüidade na infância e na adolescência. O uso de dados estatísticos para uma análise mais profunda nas questões da eqüidade ajuda a revelar as disparidades injustas que estão por trás das médias nacionais e ajudam a dar prioridade ao que precisa ser feito para melhorar a situação.

5.2.2. As metas de desenvolvimento e a falácia das médias nacionais

A importância em se medir a eqüidade fica muito clara se tivermos como base as médias nacionais para medir as metas internacionais de desenvolvimento. Hoje, as metas de desenvolvimento são trabalhadas por meio da agregação nacional e, dessa forma, podem ocultar iniquidades importantes entre diversos grupos populacionais. Minujin e Delamonica

(2002) revelam que as médias nacionais não mostram as possíveis mudanças entre grupos que andam em direções opostas.

Além disso, a meta nacional poderia ser atingida e ao mesmo tempo a iniquidade aumentar, ou, em outros casos, as metas nacionais não poderão ser atingidas se a iniquidade não diminuir. Então, as médias nacionais simplesmente não nos mostram a complexidade da realidade.

Com relação a isso, a análise da eqüidade acaba tendo dupla importância nas metas estabelecidas em várias cúpulas internacionais, como nas Metas de Desenvolvimento do Milênio e nas metas de “Um mundo para as crianças”. Por um lado, a melhoria na eqüidade pode ajudar a se alcançar as metas estabelecidas e, por outro lado, pode-nos mostrar melhor a realidade além das médias nacionais, ajudando-nos a entender quem está em situação de maior vulnerabilidade ou exclusão em relação a determinada necessidade.

5.3 COMO MEDIR A EQÜIDADE ?

5.3.1 Medindo e analisando espaços e dimensões da eqüidade na infância e na adolescência

Até há pouco tempo, o conceito de pobreza estava principalmente associado à renda e ao crescimento econômico. No entanto, atualmente, a comunidade internacional reconhece que a pobreza não é somente privação material (pobreza de renda), mas também poucas oportunidades nas áreas da saúde e educação, entre outras (pobreza humana).

O Banco Mundial, em seu relatório sobre o Desenvolvimento Mundial, intitulado “Atacando a pobreza”, ampliou a noção de pobreza, incluindo a vulnerabilidade e a maior exposição

aos riscos e, com base na Avaliação Participativa sobre a Pobreza, a falta de expressão e a falta de poder, duas novas dimensões que, unidas ao baixo capital social, poderiam ser chamadas de Pobreza Social (Segone, 2001).

É indispensável, então, ter uma visão multidimensional para se encontrar uma solução efetiva e sustentável para a pobreza. Será preciso um aumento substancial das capacidades de todas as pessoas, principalmente das pessoas atingidas por grande iniquidade, como os pobres, as mulheres, os afro-descendentes e os indígenas, as pessoas com deficiências, entre outras, para que vivam uma vida mais saudável, longa e produtiva; para que participem ativamente do processo de desenvolvimento; e aproveitem com satisfação de todos os seus direitos humanos.

McKay (2002) comenta que tanto a pobreza quanto as diversas formas de bem-estar das pessoas (ou grupos de pessoas) são de natureza multidimensional. Portanto, nessa linha de raciocínio, a iniquidade também é um fenômeno multidimensional.

Usando a terminologia de Amartya Sen, podemos chamar os diferentes tipos de iniquidade de “espaços”. A equidade poderia ser medida, então, considerando-se estes espaços, por exemplo, a equidade de renda e a equidade humana.

A distribuição de renda não é somente um espaço comum para se medir a equidade de renda, mas é também uma “dimensão” poderosa para medir a equidade humana, comparando-se diferentes grupos populacionais e se usando suas rendas familiares como base. Existem também outras dimensões que permitem categorizar a população por grupos, além da distribuição de renda (rico/pobre), como, por exemplo, gênero (masculino/feminino); local de residência (regiões, Estados e municipalidades com maior ou menor infra-estrutura, serviços, oportunidades

de educação, emprego, entre outros); localização (no meio urbano ou rural); raça/etnia (sobretudo analisando a questão dos indígenas e dos afro-descendentes em relação aos brancos); nível educacional (com baixa/alta escolaridade); e indivíduos com ou sem deficiências.

O quadro a seguir pode ser usado para se analisar a equidade:

5.3.2 Medindo a equidade de renda. O coeficiente de Gini e os quintos de renda

Ainda que existam diversos coeficientes para se medir a equidade de renda (como a curva de Lorenz, o índice de Theil, o índice de Atkinson, entre outros), este relatório analisa somente os dois índices mais comuns: o coeficiente de Gini e os quintos de renda.

O coeficiente de Gini categoriza a população de acordo com a renda versus a proporção cumulativa da população que se beneficia dessa renda. O coeficiente de Gini varia entre 0, em que não há concentração (equidade perfeita), e 1, em que há concentração total (iniquidade máxima).

Os quintos de renda mostram de maneira clara e informativa a iniquidade de renda, dividindo a população em cinco grupos (quintos) iguais. Essas medidas comparam a diferença entre os ricos e os pobres. Oferecem boa indicação, por exemplo, se os 20% mais ricos ganham mais do que 30 vezes que os 20% mais pobres.

5.3.3. Medindo a equidade humana. Espaços e dimensões relevantes a crianças e adolescentes

Para se analisar a equidade humana com relação às crianças e aos adolescentes, a abordagem utilizada neste relatório divide-se em duas etapas. Primeiro, os seguintes “subespaços” foram identificados com base na sua importância e na viabilidade dos dados:

TABELA 1 – ESTRUTURA PARA SE ANALISAR A EQÜIDADE

PERÍODO	PERSPECTIVA GERAL	PERSPECTIVA DE EQÜIDADE (DIMENSÕES)
Por determinado período	Qual é a média nacional ?	Qual é a disparidade ? Entre: <ul style="list-style-type: none"> • quintos de maior ou menor renda • mulheres e homens • regiões, Estados e municipalidades com melhor/pior situação • meio rural e urbano • grupos étnico-raciais com melhor/pior situação • com/sem educação formal • com/sem deficiências
Ao longo do tempo	Como a média nacional mudou ?	Como as disparidades entre os grupos sociais mudaram – aumentaram ou diminuíram ?

FONTE: ADAPTADO DE SEGONE (2001)

Indicadores relativos à primeira infância (0 a 6 anos de idade):

- % de crianças fora da pré-escola por grupo de idade;
- Taxa de Mortalidade de Menores de 5 anos (mortalidade na infância);
- Consultas de pré-natal.

Indicadores relativos à infância (7 a 14 anos):

- % de crianças fora da escola;
- % de crianças analfabetas;
- Média de anos de estudo;
- % de crianças que trabalham (10 a 15 anos).

Indicadores relativos aos adolescentes (15 a 17 anos):

- % de adolescentes fora da escola;
- % de adolescentes analfabetas;
- Média de anos de estudo;
- % de adolescentes que trabalham (16 a 17 anos);
- % de adolescentes mortos devido a causas externas (homicídio, drogas, incidentes);
- Novos casos registrados com HIV/Aids;
- Mortes devido a HIV/Aids.

Indicadores relativos a crianças e

adolescentes (0 a 17 anos):

- Crianças e adolescentes que vivem em domicílios ganhando menos de ½ salário mínimo por mês/ per capita (linha da pobreza);
- Crianças e adolescentes que vivem em domicílios sem acesso à água potável;
- Crianças e adolescentes que vivem em domicílios sem acesso a saneamento adequado;
- Crianças e adolescentes que vivem em domicílios sem telefone;
- Crianças e adolescentes que vivem em domicílios sem refrigerador;
- Crianças e adolescentes que vivem em domicílios sem computador.

A segunda etapa foi identificar as seguintes dimensões, para as quais cada indicador foi desagregado:

- Renda familiar, por razão pobre/rico;
- Raça/etnia, por razão preto/branco;
- Gênero, por razão feminino/masculino;
- Nível educacional da mãe da criança, por razão baixa/alta escolaridade;
- Crianças com deficiência, por razão com/sem deficiências;
- Situação de domicílio, por razão rural/urbano.